

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Maria da Lapa dos Reis Morais Silva

**O processo de luta pela conquista de direitos sociais dos
moradores da Ilha do Bororé**

São Paulo
2009

Maria da Lapa dos Reis Morais Silva

**Processo de Luta pela Conquista de Direitos Sociais dos
Moradores da Ilha do Bororé**

Monografia Apresentada ao Curso de Serviço Social
para Obtenção do Título de Assistente Social.
Orientador: Professora Dra. Selma Amaral Silveira.

São Paulo
2009

Maria da Lapa dos Reis Morais Silva.

O processo de luta pela conquista de direitos sociais dos moradores da Ilha do Bororé

Monografia apresentada para obtenção do título de bacharel em Serviço Social do curso de serviço social da universidade de Santo Amaro – UNISA.

Data da Aprovação ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof.^a

Dra. Selma Amaral Silveira. (Orientadora)

Prof.^o

Mestre. Osmar Cavalcante (Leitor)

Conceito Final _____

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todos os líderes das comunidades carentes que com determinação e coragem resistem com paciência longas esperas e atrasos por parte dos representantes do poder público.

Especialmente aos líderes da associação de moradores da Ilha do Bororé, que gentilmente me permitiram voltar ao passado, ver o presente e repensar o futuro.

Dedico a minha família que me incentivou para que eu pudesse estar realizando esse trabalho. E aos meus amigos pela força e o apoio nas minhas horas de fraquezas.

Agradecimentos

Agradeço a DEUS, pela força interior que me reserva, não saberia explicar, mais sinto estar presente nas minhas decisões, isso explica porque não desisti apesar de tantos empecilhos, tantas barreiras.

A professora Selma, pela disposição e paciência dedicada a minha pessoa, sem ela não seria possível à realização desta pesquisa.

A minha família pelo apoio, em especial ao meu filho Eric, ao qual peço desculpas por ter deixado de estar perto nesses anos de curso.

Agradeço aos meus amigos por estarem sempre me dirigindo uma palavra de encorajamento e força. E ao meu companheiro Edmilson, pela tolerância e pelo respeito ao meu cansaço.

Resumo

Esta pesquisa preocupou-se em compreender a luta dos moradores da Ilha do Bororé pela conquista de direitos sociais, numa comunidade excluída de direitos básicos, onde as pessoas já estavam cansadas de esperar as promessas não cumpridas em época de eleições. Para tanto este estudo teve como objetivo desvendar qual o caminho percorrido por estes sujeitos diante dos problemas e como se organizaram para conseguir direitos sociais. No primeiro capítulo, foi realizado um histórico da organização social no Brasil. No segundo capítulo a sistematização da prática ocorreu por meio das entrevistas coletadas com os sujeitos da pesquisa, procurando compreender seu processo de organização e os passos dados nessa luta, isto é, a luta de quem vive em comunidades periféricas, como se dá à cidadania dessas pessoas e de que forma se organizam. Foram relatados nesse capítulo como se efetivou a organização, qual foi o ponto de partida para concretizarem seus objetivos. A partir do estudo realizado nessa pesquisa, foi possível enxergar alguns caminhos para a demanda de atuação do assistente social - profissional estritamente necessário nas comunidades periféricas - pelo seu olhar diferenciado para a questão social visível nas regiões com muito alta vulnerabilidade social. A população necessita de intervenção que lhe permita emancipação, fortalecimento num processo democrático e autonomia.

Lista de Tabelas Quadros e Figuras

FIGURA - I Casa de pescador com as garças fotografadas por Eric.....	37
FIGURA - II J. Feliciano, pescador na represa Billings.....	37
FIGURA - III Nascente destruída pelo RODOANEL.....	38
FIGURA - IV Tentativa de proteção a nascente.....	38
FIGURA - V Igrejinha de São Sebastião, fundada em 1904, tombada pelo patrimônio histórico.....	39
FIGURA - VI Travessia na Balsa de Grajaú para Ilha do Bororé.....	40
FIGURA-VII Balsa de Grajaú para Ilha do Bororé, ECOATIVA.....	42
TABELA - I Conquistas dos moradores da Ilha do Bororé após 1994.....	57
FIGURA - VIII Caçambas jogam pedras dentro da represa Billings.....	62
FIGURA – IX Pilares são construídos dentro da represa Billings, obra RODOANEL..	62

Lista de Siglas

AMIB – Associação de Moradores da Ilha do Bororé.

APAIR-BILLINGS – Associação de Pescadores Artesanal da Billings

ATIBORÉ – Associação do Turismo da Ilha do Bororé.

APA – Área de Preservação Ambiental.

CEB – Comunidades Eclesiais de Base,

EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia.

IPTU -- Imposto Territorial Urbano

GCM – Guarda Civil Metropolitana.

MH – Movimento Humanista.

ONG – Organização não Governamental.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacional.

PSF – Programa Saúde da Família.

SIAB – Sistema de Atenção Básica.

SABESP – Empresa Brasileira de Saneamento e Água São Paulo.

SEBRAE – Empresa Brasileira de Apoio a Pequena e Média Empresa.

SVMA – Secretaria- do - Verde e do Meio Ambiente.

SUMÁRIO:

Introdução.....	8
Capítulo I	
História da Organização Social no Brasil	
1. Desenvolvimento da Cidadania.....	11
1.1. O Conceito de Cidadania.....	19
1.2 Comunidade e Participação.....	22
1.3 Movimentos Sociais e Participação.....	26
Capítulo II	
2. A Pesquisa.	33
2.1 O Território, sua Localização, seu passado e presente.....	36
2.2 ECOATIVA (ONG).....	40
2.3 Associação de Moradores (AMIB).....	44
2.4 Desafios e vitórias da sociedade civil da ILHA DO BORORÉ – O futuro da Cidadania. Análise e interpretação dos dados.....	45
3. Considerações finais.....	66
4. Bibliografia.....	68
Anexos.....	70

INTRODUÇÃO

O presente estudo emergiu da admiração da pesquisadora, que vivenciou e participou das lutas dos moradores da Ilha do Bororé pela conquista de direitos sociais.

A pesquisa enfoca a luta dos moradores, num processo que iniciou em 1994 até os dias atuais numa região de extrema pobreza e abandono, onde as pessoas já haviam perdido a esperança de conquistar direitos básicos, tais como: o de ter uma identidade, um endereço, transporte coletivo, telefonia, correio, asfalto, transporte escolar, carro coletor, Área de Preservação Ambiental (APA), Programa saúde da Família (PSF), ONG Ecoativa e infra-estrutura necessária para uma vida digna.

Com tantas dificuldades, mas com coragem e determinação, um pequeno grupo de moradores encontrou os caminhos para concretizarem direitos e viabilizar melhorias para a região. Obtiveram conquistas, apesar de vários empecilhos. Por se tratar de uma Área de Preservação ambiental, tudo era muito difícil, porém a vontade de mudanças era muito maior, daí toda a perseverança em continuar lutando por equipamentos públicos e garantindo assim direitos sociais. Fundaram a Associação de Moradores, com a infra-estrutura jurídica necessária para legitimar as reivindicações perante o poder público.

O tema possui relevância teórico-prática na medida em que enfoca o processo de luta dos moradores da Ilha do Bororé pela conquista de direitos sociais.

O marco teórico que direcionou o caminho a ser percorrido baseou-se em autores que abordam as categorias cidadania, democracia e a importância dos movimentos sociais no Brasil.

O objetivo geral deste estudo foi resgatar o histórico da organização e luta dos moradores da Ilha do Bororé pelos seus direitos sociais e políticos, buscando compreender as conquistas e organização, para que possam contribuir com moradores de comunidades de outras regiões excluídas na periferia.

Os objetivos específicos: conhecer os caminhos percorridos e as conquistas sociais humanas e políticas da Ilha do Bororé para concretizar direitos sociais,

averiguando a percepção dos moradores em relação aos seus direitos sociais, inclusão e exclusão, resgatando o processo histórico de gestão pela comunidade.

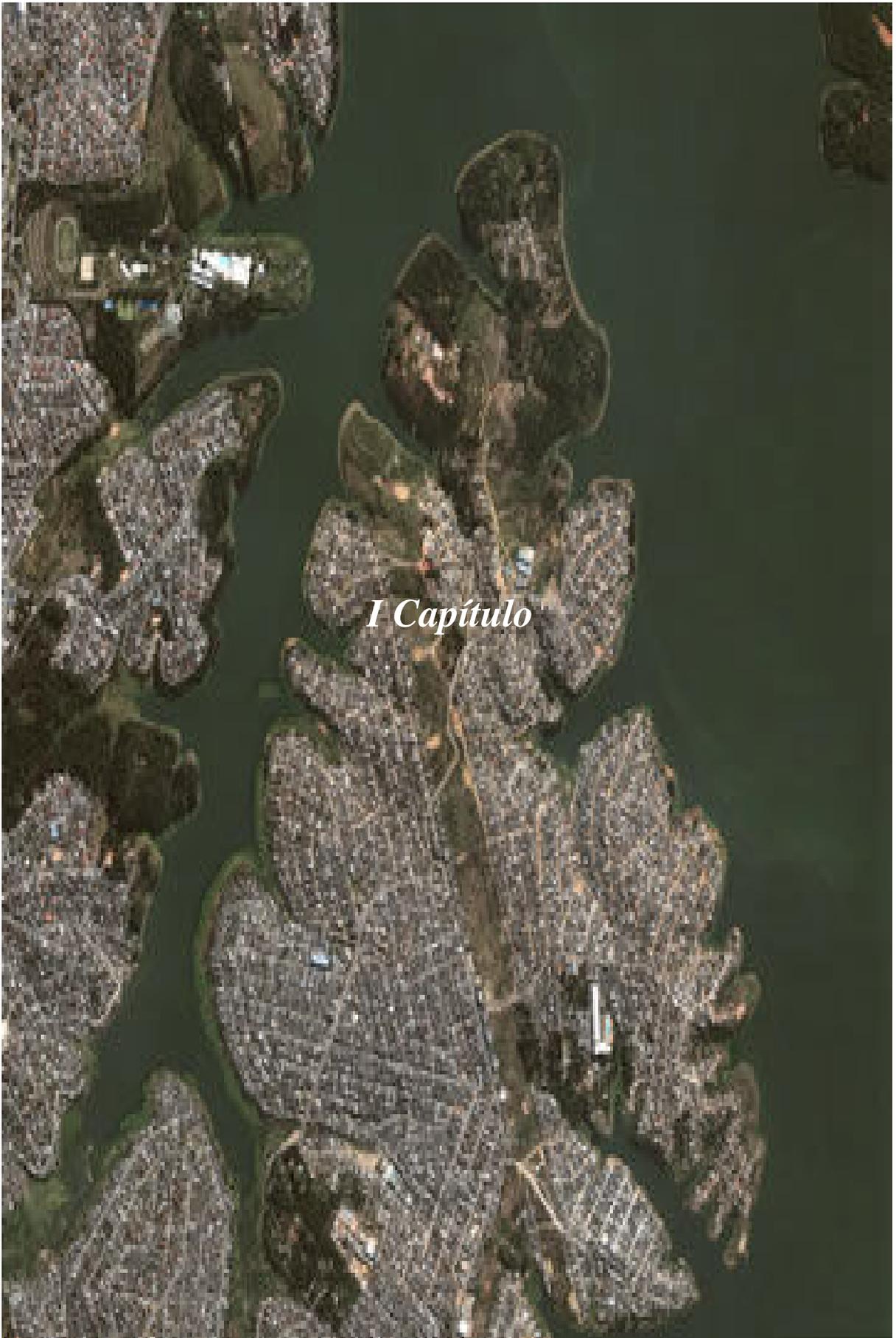
A metodologia utilizada foi a observação participante, já que esta valoriza a participação de pesquisador no local pesquisado. Esta aproximação deve proporcionar a compreensão da vida social de um determinado grupo, repleto de significados. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, a partir de um roteiro que direcionou os depoimentos dos sujeitos e gravadas com permissão dos mesmos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e posteriormente transcritas.

A amostra foi composta por quatro entrevistados escolhidos a partir dos seguintes critérios: dois moradores envolvidos com os problemas do bairro antes do ano de 1994 e dois moradores que ingressaram ativamente nesse processo de mudanças após 1994.

A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada a partir das fontes indicadas na bibliografia

No primeiro capítulo foram realizadas reflexões sobre autores que abordam a conquista de direitos sociais vinculadas às questões da comunidade, cidadania e direitos, movimentos sociais e participação.

O segundo capítulo apresentou a metodologia utilizada, o território, o bairro Ilha do Bororé, local da pesquisa, bem como sua organização social na efetivação dos serviços que foram conquistados. Este capítulo apresentou os resultados e análise da pesquisa de campo.



I Capítulo

I CAPÍTULO

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.

Este capítulo refere-se à história dos movimentos sociais no Brasil enfocando a cidadania, comunidade e participação. Enfatiza o conjunto de mudanças ocorridas na relação Estado/Sociedade Civil que contribuíram para o processo de redemocratização e a conquista de direitos.

1. Desenvolvimento da cidadania

A origem e o desenvolvimento da cidadania, em cada país têm suas peculiaridades e depende do regime político. No Brasil no período da ditadura Militar, a cidadania foi fragilizada, pois era forte a repressão, não tínhamos a liberdade que temos hoje com a conquista da democracia. A cidadania para ser conquistada, depende da luta da sociedade civil organizada, pois como vemos, em DEMO (1993), “a cidadania é um processo, ela se dá na efetivação de direitos, o que não é fácil para as camadas mais pobres da sociedade”.

Para discorrer sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil, é importante considerar um conjunto de mudanças ocorridas na relação Estado/sociedade a partir da década de 80, em que registramos uma revitalização da sociedade civil e um processo de redemocratização do Estado, tendo como marco referencial a Constituição Brasileira de 1988.

O processo de construção da cidadania é marcado por conquistas e avanços, bem como por muitos limites que fazem parte de uma longa história de desigualdade social e pobreza, aprofundadas pelo modelo econômico neoliberal adotado no país nas últimas décadas. Tais limites e entraves para a construção da cidadania nos remetem ao processo de formação político-social brasileira e nos seu desdobramento.

A origem da cidadania esta relacionada ao “surgimento da vida na *polis* na sociedade grega, e à capacidade dos indivíduos exercerem seus direitos e deveres de cidadãos, com acesso às decisões políticas de maneira igualitária”. Embora as sociedades Greco-romanas fossem escravistas, elas promoveram em suas cidades exercícios de cidadania entre os homens livres. (MUSTAFÁ, 2003, p.15.)

No Brasil durante longos anos, a idéia do direito estava baseada na relação de “merecimento”, e a sua concessão era prerrogativa dos nobres e do clero.

Com a ascensão da burguesia ao poder político e econômico, a desigualdade social que impedia a mobilidade social perde legitimidade e passam a prevalecer as idéias difundidas pelo Cristianismo, de defesa de igualdade dos homens.

No Estado democrático brasileiro, a cidadania tem um caráter universal de acordo com a legislação vigente. No entanto a realidade demonstra que somente os indivíduos que detêm os poderes econômicos e político podem de fato exercer a cidadania. Isso deixa claro que no estado capitalista, a cidadania tem um caráter restritivo. (MUSTAFÁ, 2004, p.15)

Neste contexto, a burguesia embora em seu discurso defendesse a igualdade, estava restrito aquele que detinha o poder econômico e político e eram prerrogativas dos proprietários, não se estendendo as camadas mais baixas da sociedade.

O caráter contraditório da sociedade capitalista se pautava na idéia da igualdade, mas estava cristalizada em redes de privilégios e desigualdades sociais. De um lado legitimava o poder de uma classe social em detrimento de outra, do outro por meio do sistema jurídico-formal abria toda a possibilidade de serem “cidadãos”.

Segundo Mustafá (2004), o Brasil, assim como toda América Latina, tem uma cultura política marcada pelo clientelismo e paternalismo que dificultam uma cultura de cidadania. Assim a cidadania no Brasil não se construiu como nos países europeus, pois aqui prevaleceram as relações de favor e dependência.

Do inicio da colonização à Proclamação da República, a herança deixada foi

uma sociedade onde o poder estava concentrado nas mãos dos latifundiários, a noção de direitos, de favor e tutela. Também não havia distinção entre espaço público e privado. Aqueles que dependiam da ação do poder público para sobreviver tinham que recorrer aos grandes latifundiários, criando-se assim uma relação de dependência, lealdade e subordinação.

Com tudo, riqueza e poder fazem parte de uma só realidade. O pobre não pode ser visto simplesmente como uma reação monetária, pois retrata, sobretudo, uma relação política. Embora a pobreza seja um conceito comparativo, os parâmetros que qualificam se fundam na desigualdade social. A sua reiteração ocorre através de políticas econômicas e sociais que reafirmam a discriminação e a exclusão de muitos nos campos ocupacional, educacional, cultural, espacial e político, além da real privação material. Estes discriminados e excluídos são pobres. (SPOSATI, 1988, p. 23).

Segundo SPOSATI (1988), as políticas sociais aqui no Brasil, separam cada vez mais as classes, pois são políticas focadas. As políticas econômicas e sociais reafirmam a discriminação e exclusão nos campos do trabalho, diminuindo cada vez mais para o pobre, porque ele é que depende exclusivamente do salário decorrente da venda de sua força de trabalho para sobreviver, principalmente no quesito acesso. O pobre quando tem acesso à educação, é de péssima qualidade, então continua sendo um excluído. Não há espaço público para o pobre expressar sua cultura, o que reforça ainda mais sua pobreza. Falta uma política habitacional que possibilite um viver com dignidade. Essas carências justificam o abandono dos bairros periféricos, justificadas como moradia irregular, áreas de mananciais. São inúmeras as justificativas para o poder público não cumprir sua parte. O povo brasileiro acomodou-se, aceitando a exclusão como se fosse um castigo de Deus, por desconhecer que são homens públicos, aqueles que elegemos para nos representar nos deixam cada vez mais na condição de excluídos.

Para FEDOZZI (2000), o Estado brasileiro marcado pelo padrão de dominação instaurada pela ordem oligárquico-patrimonial-burocrática assume características específicas no sistema político e na própria cultura do país, que condicionaram a nossa história não-cidadã.

O desenvolvimento capitalista tardio deixou o Brasil numa situação de

desvantagem em relação aos países europeus. O Brasil historicamente não conseguiu inserir-se de forma competitiva ficando sempre à mercê desse sistema, o que o deixa sempre na condição de explorado. A exploração faz parte de nossa história, faz com que muitos brasileiros acreditem que sofrer, faz parte de nossa história, e que é o nosso destino.

De 1930 a 1964, tivemos, no Brasil, as democracias populistas, representadas pelos governos de Getúlio Vargas, General Dutra e Juscelino Kubitschek.

Os governos populistas tentaram fazer com que a idéia do povo fosse confundida com a idéia de nação. Assim, procuravam agradar a população por meio de favores, controlando, dessa forma as suas insatisfações. Esse regime camuflava o interesse das elites como se toda nação fosse movida pelos interesses do povo. Alguns direitos sociais foram assegurados pela Constituição de 1946, aposentadoria, saúde, habitação segurança, etc. (MUSTAFÁ, 2004, p.38).

O povo brasileiro traz na história a marca da exploração, aprendendo a conviver com ela. A mudança no regime não foi o bastante para que a exploração diminua. Se não muda o sistema econômico como haverá mudanças? Se a marca do capitalismo é a exploração da mão de obra, acúmulo da riqueza e de lucros nas mãos de uma minoria. A exploração se faz presente, é visível em épocas de eleições, apesar dos avanços falta senso crítico para discernimos e não cairmos nas armadilhas das falsas promessas.

Conforme o pensamento de Marx (COVRE, 1999) por mais que o povo se organize, busque direitos sociais, o governo e o capital se articulam para garantir o sistema, mesmo que para isso seja necessário sacrificar cada vez mais o trabalhador porque como sempre é ele que produz a riqueza, mas quem se apropria é o proprietário. Nisso firma-se o Serviço Social, este vai atuar na mediação entre as classes, com toda sua técnica, sua capacidade e acúmulo de experiência por ser um profissional generalista importante, principalmente na organização das comunidades, com sua vasta experiência no que tange aos direitos dos cidadãos e dos excluídos da sociedade que com a globalização da economia, agora muito pior com a crise do capital comercial nos países de primeiro mundo, onde já se manifesta um pensar

estratégias para o seu enfrentamento, como já é sabido que será necessário reorganizar a sociedade economicamente e politicamente.

Iniciei meu estudo interrogando-me sobre o significado e o alcance das mudanças observadas no comportamento das classes populares na vida política do país e particularmente em São Paulo. Parti do que me parecia como algumas evidências: as votações escolhidas pelo PMDB nas eleições a partir de 1974, a extensão e as características de movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado “Movimento do Custo de Vida”, o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades de base às greves a partir de 1978, a formação do Partido dos Trabalhadores seriam manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente. (SADER, 1988, p.30)

Temos como marco teórico o período de 1974, quando a sociedade se manifesta contra o sistema político, setores da sociedade: sindicatos, trabalhadores, seguimentos religiosos, profissionais liberais, estudantes, comunidades, associações de moradores, etc. se organizam para contrapor aos modelos econômicos, sociais e políticos vigentes. Os movimentos populares advindos das periferias da grande São Paulo, “o movimento do custo de vida”, na luta contra a carestia que consumia o salário dos trabalhadores, correntes sindicais contrapondo a estrutura na luta por melhores salários e redução da jornada de trabalho, aparecem às comunidades de base, as greves dos metalúrgicos do grande ABC, a junção desses movimentos deu origem ao partido dos trabalhadores, cujo principal líder naquele momento de efervescência é hoje o presidente da República Federativa do Brasil.

Na década de 80, a partir de manifestações coletivas e organização de setores da sociedade, quando o modelo mundial que inspirou a intervenção do Estado na economia e na sociedade entra em crise, é que no Brasil nós teremos a promulgação da Constituição Federal em 1988, que rompe no plano formal com essa condição de não-cidadão, reconhecendo o indivíduo como um sujeito de direito.

A luta travada pelo conjunto dos movimentos sociais, impulsionou na sociedade brasileira, a construção de um novo marco para a cidadania. Tal concepção necessita de sujeitos ativos, participantes e conscientes de que a

cidadania é o usufruto não só dos direitos civis, políticos e sociais, mas também, é participar das decisões políticas, na construção de novos direitos, no aprimoramento e ampliação de espaços democráticos de representação e participação.

Segundo COVRE (1999), a cidadania depende eminentemente da capacidade de ação organizada dos sujeitos coletivos sob determinadas condições estruturais da sociedade, sendo necessário ligar desejos subjetivos às necessidades coletivas. A autora reitera que historicamente, tivemos modelos que enfatizam ora os sujeitos, ora circunstâncias, estruturas, sendo que é possível avançar para uma concepção que vincule a idéia de que os homens agem historicamente sob determinadas condições.

“A categoria cidadania como tenta distingui-la, depende da ação dos sujeitos e dos grupos básicos em conflito, e também das condições globais da sociedade”. No decorrer da história, tivemos em nossos modelos de desenvolvimento posturas que enfatizaram ora sujeitos, ora estruturas e seus próprios mecanismos, como agentes da história. A categoria cidadania permite avançar no pressuposto dialético marxista: os homens fazem História, segundo determinadas circunstâncias estruturais – o que significa não pender nem para os sujeitos, nem para as estruturas. Nisso reside à possibilidade de fazer a ligação entre os desejos e as necessidades dos homens enquanto indivíduos (subjetividades) e enquanto sujeitos grupais, nas fabricas, no bairro, sindicatos, partidos, até no âmbito global da sociedade. (COVRE, 1995, p. 62).

Neste sentido, podemos afirmar que os movimentos sociais, e a ação de sujeitos coletivos, foram fundamentais para o desenvolvimento da cidadania, já que tiveram uma dimensão jamais vista na história, ganhando força, mesmo sob repressão militar, e conquistando uma nova ordem social no país.

Por outro lado, a década de 1980 não conseguiu combinar os direitos políticos alcançados com a democratização, com direitos sociais. Dessa forma, concomitantemente ao desejo de democratização, a condição de vida da população foi piorando, o que mostra a fragilidade da democracia política quando não se garante direitos econômicos básicos, pois a própria democracia passa a ser esvaziada, uma vez que não provoca alteração nas condições de vida da população.

Como já foi mencionado, em 1988, tivemos a “Constituição Cidadã”, vitória do povo brasileiro, fruto de várias reivindicações da sociedade civil organizada, onde

foram conquistados inúmeros direitos sociais tais como: os conselhos gestores, foram criados por lei em 1990, são espaços públicos onde os distintos atores sociais negociam a partilha de recursos, de riqueza e as políticas. Se não houver uma representação popular forte nos conselhos esta partilha vai se dar de forma tradicional. As elites ficam com tudo e dão um pouquinho para o povo. Por outro lado se esses espaços de decisão política, de formulação política, de partilha de orçamento e os setores organizados da sociedade civil souberem defender uma redistribuição desses recursos geridos por esses conselhos, então teremos uma melhoria de qualidade de vida da população. A criação dos conselhos municipais, orçamento participativo trouxe a sociedade civil á participação no governo.

Isto não quer dizer que o povo tenha participação efetiva de fato. Para BENEVIDES (1998) temos uma “timidez de natureza teórica, ideológica”, que está ancorada em uma cultura política, que impede que o povo brasileiro exerça plenamente a democracia representativa e menos ainda, a democracia semi-direta. Para a autora o exercício da democracia deve se pautar em práticas criadoras do direito. Reforça a idéia de que é necessário criar novos mecanismos de participação popular, vinculando democracia representativa com liberdade e respeito à sociedade civil organizada na perspectiva de fortalecimento da cidadania.

A participação popular, alguns críticos políticos associam a uma “doença infantil do esquerdismo”. “Em primeiro lugar, reforça a democracia e criação de espaços públicos a pratica dos sujeitos políticos e a capacidade criadora do direito, podendo romper com as práticas velhas e criar novos mecanismos de participação popular”. “Em segundo lugar afirma que é necessária à vinculação entre a democracia representativa: defendem pluralismo de opiniões e de partidos políticos, amplas liberdades individuais e coletivas” (BENEVIDES, 1998, p. 23).

Nos anos 90, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as conquistas do povo brasileiro para concretizar os direitos sociais, foram gradativamente sofrendo um desmonte devido à adoção da política neoliberal.

Neste período o governo reduziu as responsabilidades estatais na economia e nas políticas sociais, promovendo as privatizações de empresas estatais nas áreas das telecomunicações, energia elétrica além de usar recursos da união para socorrer

empresas privadas falidas, tudo isso em resposta as normas ditadas pelas instituições internacionais, como bancos internacionais e FMI.

MONTANO (1997) diz que com as privatizações, a receita diminui, afetando diretamente o investimento de recursos nas políticas sociais. Isso provoca também um movimento de privatização na área da esfera da sociedade civil.

Assim a política neoliberal implantada no país nos anos 90, traz a livre negociação entre trabalhador e patrão, liquida direitos adquiridos após tantas lutas. As políticas sociais, cujas responsabilidades são dos três governos: Federal Municipal e Estadual, seguindo a cartilha imposta pelos bancos estrangeiros e FMI, que destroem direitos sociais, afastam o governo do povo, tendo este que passar sua responsabilidade para a sociedade civil. As Ongs, instituições filantrópicas, associações, passam a desenvolver ações que antes eram tarefas do Estado, e abrem espaço para praticas ilícitas, uma vez que o governo não as fiscaliza.

Com o desmonte por parte do Estado dos direitos sociais, o governo iniciou ao que MONTANO chama de “Estado Mínimo”. O Estado enfraquece e transfere suas responsabilidades para a sociedade civil e/ou para o mercado, de maneira sutil, com um discurso de que está promovendo o aumento da participação da sociedade civil, com muitos exemplos de má utilização do dinheiro público e o governo quando não é capaz de realizar a fiscalização necessária do uso dos recursos. O resultado desta política reflete-se em ações focalizadas e pontuais, onde muitos ficaram de fora do que lhes é de direito – quer no âmbito da assistência social como das demais políticas sociais.

“As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indica uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma outra parcela da população com trabalho precário temporário, sob-contratados, etc. (IAMAMOTO, 1998, p. 32)”.

IAMAMOTO (1998) aponta a acentuada desigualdade entre as duas classes, onde os burgueses, que representam uma pequena parcela da sociedade privilegiada usufruem de direitos trabalhistas e sociais, uma outra parcela, os

trabalhadores assalariados vivem de subempregos, excluídos de direitos trabalhistas e sociais, terão sua cidadania ameaçada. Essas duas categorias são decorrentes do desmantelamento do mercado de trabalho. Se para ser cidadão é necessário ter trabalho, tiver renda, como os excluídos exercerão a cidadania?

A partir desta breve trajetória histórica, observamos que em meio às lutas por direitos sociais, um conjunto de movimentos sociais e segmentos da sociedade civil organizada, construíram na sociedade brasileira um novo conceito de cidadania, que ultrapassa a idéia dos direitos constitucionais outorgados.

A materialização desta concepção pressupõe a existência e a ação de sujeitos ativos, participantes e conscientes de que a cidadania não é só usufruir de direitos civis, políticos e sociais, mas também, é participar das decisões políticas, na construção de novos direitos, no aprimoramento e ampliação de espaços democráticos de representação e participação.

1.1 O Conceito de Cidadania

FERREIRA (1999) define cidadania como: "qualidade ou estado de cidadão", que por sua vez, significa "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este".

A cidadania se edifica de acordo com o desenvolvimento histórico de um país, e as diferentes concepções que o mesmo adota no decorrer dos anos. Se considerarmos, por exemplo: o direito ao voto no Brasil pode realizar uma retrospectiva histórica e veremos que em nosso país primeiramente o voto foi designado àqueles que possuísem uma condição financeira abastada; posteriormente o mesmo foi estendido aos homens; depois às mulheres; aos analfabetos; por fim foi concedido aos jovens a partir de 16 anos, sendo optativo apenas aos maiores de sessenta anos.

Obviamente que o exercício da cidadania em um país em desenvolvimento não é uma tarefa das mais fáceis, principalmente se levarmos em consideração a forma como nosso país tem sido administrado desde os tempos mais remotos da

colonização. As pessoas sentem que em determinado momento às instituições sociais, políticas e econômicas as quais elas confiam, falham, e à medida que elas falham, o país perde completamente o comando a as diretrizes de como se organizar e organizar as condutas dos cidadãos no âmbito local e global.

“As relações entre as pessoas são medidas pelas instituições em que elas convivem pelas classes e categorias a que pertencem e pelos interesses e poderes que nelas circulam. É por essa razão que, mais do que se falar numa natureza humana, como universal abstrato, vale referir-se à condição humana, forma concreta de existência dos seres humanos na cultura e na história. As vivências particulares cruzam-se na construção coletiva das sociedades e culturas, e umas e outras ganham sua configuração específica em função das condições particulares dos seres humanos e dos ambientes – físico-biológicos e histórico-econômico-políticos – nos quais estes vivem” (PCN,1997,p. 54) .

As relações sociais acontecem de acordo com o envolvimento, com a interação no território, depende da participação e do interesse das categorias envolvidas. Nesse contexto o individuo deixa suas particularidades e juntam se a uma classe ou categoria e luta por interesses comuns. As experiências individuais somam, ganham forças nas ações coletivas. Podemos fazer distinções por parte do que é ser um individuo e o que é ser um cidadão, quais os direitos e deveres de um e de outro e qual sua representatividade na formação e construção de um país.

Segundo MUSTAFÁ (2004), o valor considerado essenciais à manutenção de uma sociedade integra, séria e idônea tem se perdido e para que a mesma se recupere faz-se necessário que um grandioso e difícil trabalho seja feito. É acreditável que, o mesmo não será tarefa fácil se tomarmos por base que os pontos negativos: falta de trabalho, escola publica de péssima qualidade, falta de políticas públicas que garantam integralidade, bibliotecas, espaço para pratica de esportes, etc. Pois estes são bem mais determinantes que os pontos positivos. Isso, contudo não pode dificultar ou impedir os formadores opinião – no caso pais e educadores de ao menos tentarem fazer diferente.

Para MUSTAFÁ (2004), a sociedade no decorrer de sua evolução modifica seus valores e seu modo de agir, de forma que a conduta de um não cause prejuízo ao outro. Obviamente que sem sempre foi assim e a história é a prova mais

contundente dessas modificações. O homem diferente de outros animais é racional e consegue perceber quando faz algo que lhe causa prejuízo ou dano, ou ainda, prejuízo e dano a outrem, isso o faz modificar seu modo de ser e agir, daí a ocorrência das mudanças processadas a nível histórico, ou seja, a não aceitação de determinados padrões considerados naturais em determinado período.

Segundo MUSTAFÁ (2004) a cidadania como princípio político – ideológico, é individualizante. Todos – isto é cada um – são iguais perante a lei. A cidadania também pode ser concebida numa outra leitura, não mais considerada como estado pleno de direitos. É entendida como uma conquista, fruto de um processo de aprendizado, organização, expresso diferentemente segundo as classes sociais. Ou seja, a cidadania é o resultado de um processo de organização social, podendo ter início no bairro, na comunidade, terreno fértil para o profissional de serviço social, com sua técnica e teoria podendo organizar a comunidade no sentido do despertar para as conquistas a uma vida com qualidade e dignidade.

Entendemos que para se ter cidadania é necessário termo autonomia, conhecimentos sobre os nossos direitos e deveres alto - conhecimento para termos sucesso nas nossas escolhas, nossas decisões, é sermos autor de nossa própria história e de nossos limites. Não devemos ser subalternos, pois a subalternidade contradiz o que é cidadania.

A efetivação da cidadania hoje é colocada como decorrente das lutas da sociedade civil, por isso é importante à apropriação do território na perspectiva de utilizá-lo. Isso implica programar projetos que tenham por princípio responder à participação dos cidadãos, à cooperação social, à integração das políticas urbanas, à participação e formulação de políticas públicas.

Historicamente os atores sociais advindos de grupos comunitários e associações sempre estiveram á margem da definição de políticas públicas, sob forte regência de um Estado burocrático, com tradição política paternalista e cliente lista.

A constituição de 1988 e a legislação dela decorrentes como: Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Defesa do Consumidor, a lei Orgânica da Assistência Social contribuiu muito na consolidação dos direitos sociais do povo brasileiro. Não surgiram por acaso, foram conquistas do povo que clamou por justiça

social através da participação nos sindicatos, associações de bairros, movimentos estudantis, comunidades, intelectual e outros, essa participação em massa foi fundamental para a consolidação da democracia no país. Os cidadãos brasileiros tomaram consciência de que a hora de lutar era essa em favor da cidadania.

“Penso que a cidadania é o próprio direito á vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento ás necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel dos homens no universo”. (COVRE, 1999, p. 11)

Citado anteriormente a cidadania acontece no cotidiano, na luta pela melhoria das condições de vida da população, no fazer-se senhor de direitos e na busca incessante da concretização das conquistas. Estas conquistas só se realizarão através da participação consciente, por isso precisamos ir além. O povo brasileiro não quer só comida, mas cidadania no sentido amplo da palavra. Queremos o direito de ter direito, não queremos só ir às urnas em dia de eleição. Queremos trabalho, educação de qualidade, moradia digna, ser felizes, ter acesso à cultura, ao lazer, ao esporte. A vida com prazer, alegria... Isso demanda lutas coletivas na busca do acesso à inserção do sujeito aos serviços e aos espaços.

O Serviço Social vem desenvolvendo seu papel desde os primórdios da profissão. No encorajamento, propondo reflexão no sentido de emancipação do sujeito. No trabalho com os excluídos das grandes periferias, num trabalho árduo nas comunidades, trabalhando a autonomia, não só no suprimento de necessidades básicas, mas fortalecendo a cidadania através de trabalhos coletivos facilitando os acessos em todas as instâncias.

1.2 Comunidade e Participação.

DEMO (1988) as comunidades pobres, não são pobres por descuido ou destino, mas por força de um processo histórico. Por falta de políticas públicas voltadas para a habitação de maneira que os cidadãos com baixo poder aquisitivo possam adquirir uma moradia digna, onde possam viver com o mínimo de direitos e

que possam ser respeitados como cidadãos.

As pequenas comunidades são espaços de construção e reconstrução social. Elas conseguem integrar, numa dinâmica, esperança, vidas desesperadas e desvinculadas. Podem, até assumir o caráter de “família substituta”. Porque a comunidade assume em determinadas situações o papel de uma segunda família: nas relações com os jovens, crianças, adolescentes e na luta para proteger os mais fracos. Na comunidade, as pessoas descobrem suas identidades, sociais, culturais e históricas.

Segundo AMMANN (1992), quando falamos de comunidade, estamos nos referindo à pessoa ou grupo de pessoas que partilham condições semelhantes de vidas – econômicas, sociais, cultural, política, religiosa e espiritual – mesmo percebendo que na comunidade existem diferentes níveis e formas de viver essas condições.

A comunidade não é, pois um todo homogêneo, uma vez que existe diversidade em seu seio. Mas, existe um aspecto fundamental na formação da comunidade: para que uma comunidade se constitua, é importante que as pessoas e grupos estejam em permanente interação. Isto é, que exista um fluxo de relações entre as pessoas, podendo haver reciprocidade entre elas.

Ainda AMMANN (1992) a comunidade é um grupo de pessoas que vivem não deste ou aquele interesse em particular, mais de um complexo conjunto de interesses, de modo a viabilizar suas vidas dando lhes um significado de pertença e identificação. Quando a reconhecimento de problemas e necessidades comuns, a luta ganha dimensões gigantescas porque não é uma necessidade, mais sim são necessidades, é coletiva por isso é fundamental a participação em prol de um bem comum.

Considerando a forma como a sociedade está organizada, raramente os grupos agem como um todo. Uma parte consegue defender interesses comuns, amplos, complexos, abrangentes, buscando o bem-estar social. Porém muitos estão alienados por causa do sistema, que faz com que acreditem e aceitem a manutenção do status quo, isto é o sistema vigente.

O primeiro seminário sobre Desenvolvimento de comunidade, patrocinado pela OEA, foi realizado em Porto Alegre (1951) e teve grande relevância os trabalhadores com bases geográficas, cuja unidade de trabalho são as pequenas comunidades. Em 1953 a OEA realiza, em conjunto com a ONU realiza, em conjunto com a Universidade Rural do Brasil, o Seminário de Bem-Estar Rural, no qual se gesta o Serviço Social Rural, posteriormente criado. (AMMANN. 1992, p. 36).

O desenvolvimento de comunidade não se deu por demanda do povo brasileiro. Os centros comunitários tiveram suas técnicas preparadas nos Estados.

O Serviço Social, como profissão no Brasil, foi gestado após o seminário de Bem-Estar Rural. Seu foco de atuação foram comunidades rurais. O desenvolvimento dessas comunidades no campo se efetua a partir dos interesses das camadas religiosas e políticas do Brasil, juntamente com os organismos estrangeiros, que passam a estimular a formação de intelectuais nesta disciplina, reforçando seus interesses econômicos.

O Serviço Social, com a demanda de hoje em dia, devido às mudanças nas políticas públicas, sua área de atuação está se ampliando. O governo quase não contratava mais esse profissional, tão competente e qualificado. Passaram-se anos para ocorrerem concursos públicos, limitando assim sua atuação em ONG's e instituições privadas. Isso não significa que a comunidade não careça desse profissional capacitado, não só para mediar conflitos. Com toda uma bagagem teórica, metodológica, técnica capaz de intervir com eficácia e eficiência nas comunidades, o profissional de Serviço Social age no fomento do direito, na organização da população e no fortalecimento da comunidade, através da elaboração de projetos, colaborando e provocando a busca de autonomia pelas próprias comunidades.

A comunidade é fortalecida nos momentos de crises. Quando, apesar das lutas para suprir uma necessidade, alguns tentam desistir, outros encorajam com entusiasmo e com a clareza de que a participação é o único caminho para a busca de organização, conquista dos direitos e autonomia das comunidades.

É no centro da comunidade que tudo acontece, desde os problemas mais simples como: a limpeza da rua, a iluminação, a segurança do bairro, a creche, aos mais complicados como, por exemplo, o saneamento, os resultados de suas

conquistas podem levar anos. Muitas vezes os que lutam, morrem sem ver as conquistas fruto de suas lutas e dedicação.

Assim a participação se configura como um processo histórico de conquista. Processo este que é contínuo, sucessivo e que não se esgota.

Trata-se de um processo histórico de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe participação como dádiva ou como espaço preexistente. “Existe somente na medida de sua própria conquista”. (DEMO, 1993, p.13)

Entendemos que a participação não é limitada, ela vai muito além. Tudo é uma questão de estar inserido. Percebendo-se e se tornando uma pessoa política, faz-se presente nos espaços conquistados, garantidos pela constituição de 1988. A participação nos movimentos sociais foi forte nos anos 60 e 70. Hoje, a participação acontece timidamente. Isso não quer dizer que não exista. Prova disso são pequenos grupos que marcam presenças em conselhos gestores, OP e fóruns, etc.

O eixo político da política social centra-se no fenômeno da participação. É através dela que promoção se torna autopromoção, projeto próprio, forma de co-gestão e autogestão, e possibilidade de auto-sustentação. (DEMO, 1993.p.13).

Concluimos que a participação é o poder de força dos excluídos. É a forma de serem ouvidos e enxergados. Ela pode tomar uma proporção gigante como também discreta, porém necessária ao fortalecimento da democracia. Nela não passamos despercebidas. Num país de economia globalizada, onde há tantas desigualdades, a conquista de direitos se torna um desafio. Portanto, a participação é a ferramenta necessária para a conquista e efetivação de direitos sociais.

A liberdade só é verdadeira quando conquistada. Assim também a participação. E isso fundamenta a dimensão básica da cidadania. Não só de veres; há direitos também. Por outra, não há só direitos; há deveres igualitários vigentes. (DEMO 1993, p. 23).

DEMO (1993) traz a essência da conquista. A participação nos libera do individualismo, nos conduz a prática da cidadania. Ela não nos isenta de nossos deveres para com a sociedade. Exemplo: na educação, o Estado não faz a parte dele, mas nós temos que fazer a nossa. Assim andamos juntos: pais professores, intelectuais, sociedade civil. Isso vale para todos os segmentos da sociedade. A participação consciente nos conduz aos caminhos da conquista do direito. Com isso fortalecemos a democracia.

1.3 Movimentos Sociais e Participação

A palavra política é de origem grega e foi usada por vários filósofos e escritores da Grécia antiga, sendo especialmente importante para a compreensão do seu sentido primitivo as obras denominadas Política, escritas por Aristóteles, filósofo que viveu em Atenas no quarto século antes da era Cristã. Polis significa cidade na língua grega, isto é, ao lugar onde as pessoas viviam juntas. Aristóteles diz que o homem é um animal político, porque nenhum vive sozinho e todos precisam da companhia de outros. Assim sendo, "Política" se refere à vida na polis. Ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade às decisões sobre todos esses pontos. (DALLARI, 2004, p. 8).

Segundo DALLARI (2004), é preciso considerar que "política" tanto pode referir-se à vida de seres humanos integrados e organizados numa sociedade, onde são tomadas decisões sobre os assuntos de interesse comum, como pode referir-se ao estudo dessa organização e dessas decisões.

O homem é um ser político, porque faz escolhas, é consciente. A política pode ser partidária ou não, refere-se também às organizações responsáveis por criarem políticas que garantam direitos necessários para que haja justiça social na sociedade. Muitos estudos são realizados em institutos competentes e muitas políticas são resultados desses trabalhos.

A política é o caminho para a mudança e para a conquista. Além de organizar a comunidade, ela nos leva à tomada de consciência de quem somos e o que queremos. Ela nos orienta. Conduz à busca da efetivação dos direitos e deveres necessários à vida na comunidade.

DALLARI (2004) recorreu à Grécia. Trouxe a palavra política, para introduzir os movimentos sociais, sua importância na consolidação dos direitos sociais e as mudanças ocorridas no país após a efetivação dos mesmos.

Conclui-se que os movimentos sociais tiveram sua efervescência nas décadas de 1961 e 1970, precisamente no ano de 1968. quando se observa a mobilização dos estudantes e da Igreja Católica contra a ditadura instaurada em 1964.

É muito provável que na história política do país o período entre 1978 e 1985 (portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) fique marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político. Mas, por sua vez, este novo sistema político está condicionado por significativas alterações no conjunto da sociedade civil. Entre as rupturas, que marcam todas as transições, uma das mais impressionantes nesta que está tratando é certamente a que cruza a história do movimento operário, ou das “classes populares”, ou dos “setores dominantes” (e esta própria hesitação na nomenclatura, presente nas interpretações sobre esses fatos, já indica uma novidade na forma como eles apareceram que se acomodava mal às dominações já feitas). Atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se aperceberam de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado, no momento, era difícil de ser imediatamente captado. (SADER, 1988, p, 26).

Acredita-se que a passagem dos anos de 1970 para 1980 ficou marcada como o fim de um sistema político e o início de outro desejado pela sociedade. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e as greves dos metalúrgicos em Santo André, São Bernardo e Diadema firmaram o desejo da sociedade civil que não clamavam por melhores condições de vida, mas contra a carestia, liberdade de expressão, uma vida mais feliz. A luta uniu as classes e vários segmentos da sociedade brasileira.

O que poderia ter permanecido um dissídio salarial torna-se um enfrentamento político que polarizava a sociedade. Movidos pela solidariedade à greve formaram-se comitês de apoio em fábricas e bairros da grande São Paulo. Pastorais da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos Advogados, sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas, professores assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática em curso. A resposta viera pronta: os sindicatos promotores da greve foram postos sob intervenção e 12 de seus dirigentes, presos; membros da Comissão de Justiça e Paz e pessoas da oposição haviam sido seqüestrados por agentes dos serviços de segurança. (SADER, 1988.p, 27)

O primeiro de maio de 1980 em virtude dos acontecimentos, a greve dos metalúrgicos com adesão de representações da sociedade civil ganharam uma dimensão jamais vista na história do povo brasileiro, essa repercussão contraria a ordem vigente no país e o que seria uma comemoração ao dia do trabalho. O cenário onde aconteceriam celebrações, festividade transformam em campo de guerra, prisões, perseguições torturas, abuso de autoridade. Esses fatos contribuíram para aumentar a repudia ao regime. O país inteiro se solidariza e vai à luta pelo fim da ditadura militar. A canção de Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei de flores” apresentada no Festival da Canção do Rio de Janeiro em 1967, tornou-se um hino. Sempre que havia passeatas a multidão cantava essa canção.

Entende-se que a participação é a marcha para a conquista, porém essa ferramenta essencial para as conquistas não é percebida pelos pobres. Geralmente eles aderem, somente quando são convidados pelos intelectuais. Talvez isso explique porque os movimentos começam de cima para baixo e não de baixo para cima.

Segundo DEMO (1993), participação não é ausência, superação, eliminação de poder, mas outra forma de poder. Tomando o caso do planejamento - quando o concebemos e realizamos de forma participativa - não se trata de comparecer somente quando chamado, solicitado, requerido pela comunidade ou pelos interessados. Isto facilmente recairia no imobilismo, até mesmo porque o fenômeno da participação na comunidade também não acontece de graça. Ele surge a partir de uma demanda, uma necessidade que pode ser grande ou menor no impacto.

Trata-se de outra forma de intervir na realidade, ou seja, uma forma que passa por dois momentos cruciais: pela autocrítica, que sabe corajosamente reconhecer suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados vistos como sujeitos, cidadãos de direitos e não objetos, clientela e público alvo.

Entretanto o planejamento participativo não impede, por exemplo, que se busque “convencer a comunidade” da necessidade de determinada ação. Desde que este “processo de convencimento” se faça dentro de um espaço conquistado de participação, ou seja, partindo-se dos interesses da comunidade, levando-se em conta sua contribuição e sua potencialidade, deixando-se ou não convencer-se do contrário, a partir da reflexão de que o melhor para a comunidade é esse contrário. O sujeito é livre. Pode se negar a participar de determinada ação e só participar daquilo que lhe convém. Esse é o respeito à individualidade e ao processo de consciência de cada membro da comunidade. Só o fato de se manifestar ao contrário, já demonstra a sua capacidade intelectual, de consciência e de liberdade.

Para que a comunidade se organize é fundamental que haja liderança. Ao líder, por sua vez, é necessário: paciência, perfil, senso crítico, determinação, coragem, participação e conhecimento da realidade, para propor, poder de convencimento, clareza em suas colocações, respeito às diferenças, abertura política e dinamismo. Com essas qualidades e capacidades, sendo reconhecido pela comunidade, terá apoio e reconhecimento, não só na sua comunidade, mas também nas repartições e departamentos onde for necessária a sua presença.

A sociedade entrou na modernidade sem superar antigos problemas sociais. O neoliberalismo marcou sua passagem sem superar várias crises internas. A falta de moradia, analfabetismo falta de emprego, muito pelo contrário, esses problemas tem se agravado com a globalização.

A sociedade brasileira é uma sociedade que se industrializou e se urbanizou que gerou novas classes e grupos sociais, novos padrões de mobilidade e de conflito social, deixando para trás o velho Brasil patriarcal; é uma sociedade portadora de uma dinâmica associativa que fez emergir novos atores e identidades, novos comportamentos, valores e demandas, novas formas de organização e representação que teceram a face pública de um Brasil moderno; é uma sociedade enfim, que fez sua entrada na modernidade, que proclamou direito, montou um formidável aparato de previdência social, que passou pela experiência de conflitos e mobilizações populares e construiu mecanismos factíveis de negociação de interesses. Nesse caso, a persistência desconcertante da pobreza parece reativar velho

dualismo nas imagens de um atraso que ata o, pois às raízes de seu passado e resiste, tal como a força da natureza, à potência civilizadora do progresso. (TELLES, 2006, p. 80).

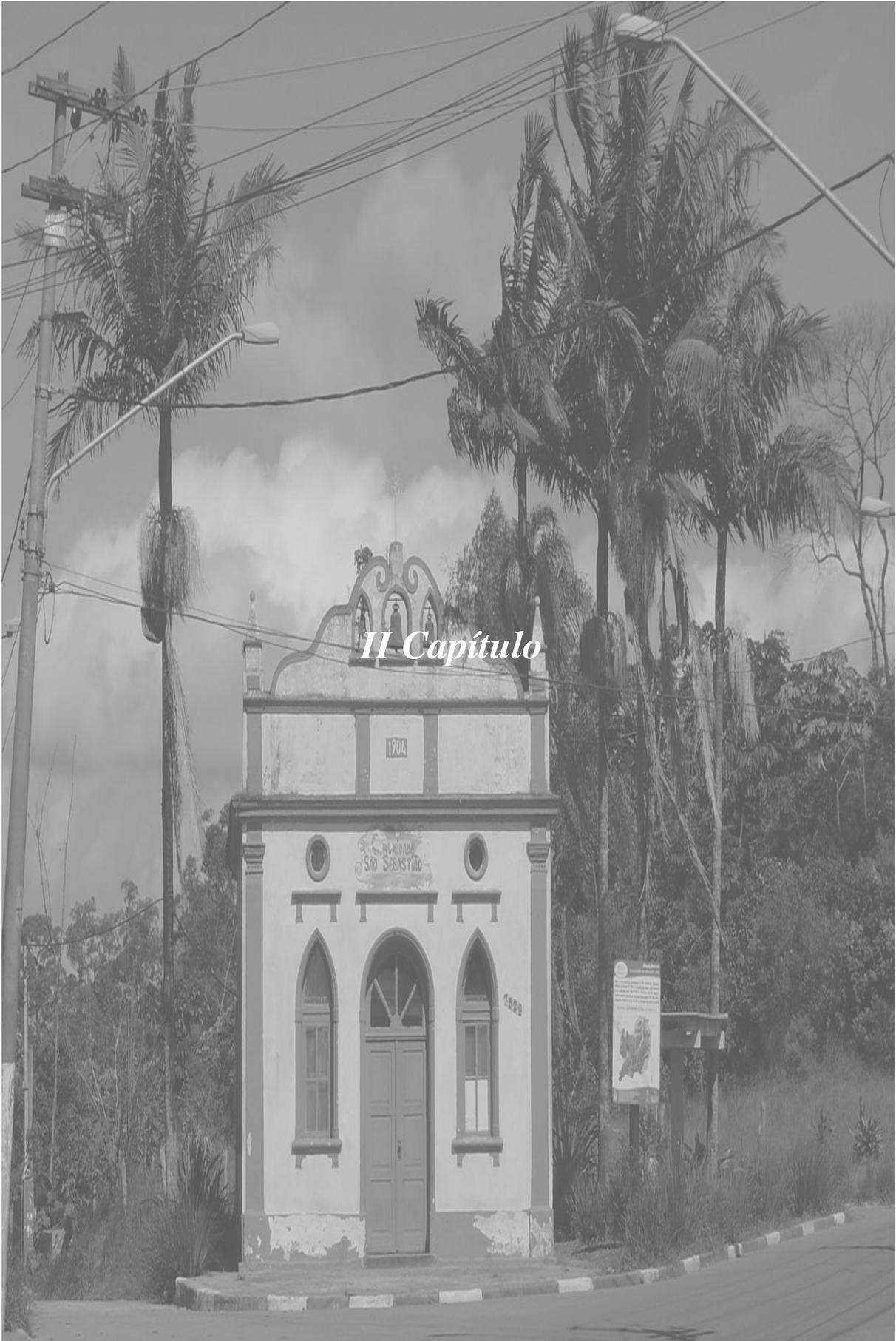
Segundo TELLES 2006, o Brasil se industrializou e se modernizou, mas muitos brasileiros foram penalizados. Fez entrada no livre comércio. A globalização trouxe exclusão e pobreza para o povo brasileiro. A política neoliberal que exclui cada vez mais trabalhador fez muito mal aos brasileiros que perderam muitos direitos conquistados em movimentos anteriores. Perderam vários postos de trabalho, os sindicatos se enfraqueceram, a livre negociação foi uma perda significativa no mundo do trabalho. Contudo, o povo está apático, assistindo o desmonte dos direitos como se nada estivesse acontecendo. Essa nova política deu origem uma nova classe social, os que não estão e não vão estar no mercado de trabalho: os excluídos de direitos sociais e os excluídos da sociedade. Os não cidadãos, que vão estar sempre fora do Brasil moderno, do Brasil industrializado, porque não se tem trabalho para todos.

A Constituição Federal de 1988 firma um movimento, em favor da participação popular, que ganha espaço e viabilidade no final do regime Militar. As Leis Orgânicas foram criadas para regulamentar a Constituição Federal, abriram espaço para a discussão das políticas sociais que irão criar um novo tipo de relacionamento entre sociedade civil e governo no que diz respeito a políticas públicas.

A criação dos conselhos gestores embasados em uma concepção de democracia participativa deixa claro que o dever de cidadão não seja só comparecer às urnas em dias de eleições. Podemos e devemos atuar como cidadãos conscientes de nossos deveres e de nossos direitos, como já mencionamos anteriormente. Como sujeito político o eleitor não esgota sua participação apenas votando, ele atua como controlador e fiscalizador das políticas nas três esferas de governo, municipal, estadual e federal. Os conselhos se fazem presentes neste tripé dos governos.

Com a participação popular além dos conselheiros, a sociedade civil garante participação, através do Orçamento Participativo (OP), dos fóruns, onde são escolhidos os delegados que representarão a população com direito a voto. Estes terão o poder de definir onde será gasta a verba, dinheiro do povo, arrecadado através dos impostos. Terão o destino planejado com a participação da sociedade

civil nos conselhos gestores. Poderão atuar como fiscais, vigilantes do desempenho das instituições, Além de fiscalizar, propõem mudanças nos agendamentos, atendimentos e encaminhamentos. Embora a participação aconteça de maneira tímida, está acontecendo. Como exemplo, a urbanização das favelas em Diadema, na Grande São Paulo, hoje, modelo de política pública, com a participação do governo, sociedade civil e presença marcante do Serviço Social, na luta por garantia de direitos sociais para a população mais pobre da cidade. Essa participação vem selar o que muitos autores defendem, a participação como o caminho para a conquista, por direitos sociais.



II Capítulo

II Capítulo

SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA VIVIDA.

2. A Pesquisa.

Os seguintes novos atores sociais foram protagonistas na luta pela conquista de direitos sociais e perpetuação da cidadania.

Conceição, 65 anos, casada, dois filhos, mora no bairro há mais de trinta anos. Fez parte das lutas desde os anos 80 e continua nos dias atuais. Hoje atua na diretoria da AMIB, É voluntária da Pastoral da Criança, ministra na Igreja de Santa Bárbara, gestora no posto de saúde Alcina Pimentel Piza, participa no movimento de saúde do Grajaú, onde é suplente do senhor João Néri, atual presidente da Associação de moradores do Parque Cocaia. Tornou-se uma pessoa bastante conhecida não só no bairro, mas também nas adjacências.

Eduardo Benedito da Silva (Benê), 55 anos, casado, três filhos, reside no bairro há mais de trinta anos. Luta por melhores condições de vida da população. Aposentado por tempo de trabalho, hoje é o presidente da Associação de Moradores, um dos administradores da Igreja de Santa Bárbara, atua nas organizações das festas, toca violão nas missas e celebrações, teve uma participação forte na ECOATIVA: acolhia turistas, escolas, grupos, ambientalistas, etc.

Raimunda, 60 anos, casada, cinco filhos, evangélica, atuante no movimento desde que veio morar na Ilha, trabalha na escola do bairro, é gestora no posto de saúde Alcina Pimentel Piza. Atuou como voluntária na ECOATIVA, fala com muito carinho desta ONG. É comprometida com o bairro, além de correr atrás de melhorias, cede sempre espaço em sua residência para reuniões de moradores, da diretoria da associação e ou representantes do poder público. É uma pessoa muito conhecida.

Jéferson, 35 anos, casado, um filho, reside no território há quatorze anos, trabalha como autônomo, foi tesoureiro da Associação na gestão passada, atuou na ECOATIVA desde sua fundação, na parte da cultura. Cuidava do som nos eventos, relata ter paixão pelo bairro, apesar de todas as dificuldades. Nunca pensou em mudar para outro lugar.

Maria da Lapa dos Reis Morais Silva, 48 anos, casada, três filhos, residente há 20 anos no bairro, atua no Movimento de Moradores desde 1994. Participante da diretoria da AMIB há nove anos. Organiza as reuniões. Participa de reuniões com outras associações, com representantes do poder público. Atuou como voluntária na ECOATIVA, Acolhia os estudantes, os turistas, os intelectuais das Universidades da Região, e ONG's da região e de outros Estados e países, que vinham conhecer o trabalho social da comunidade e trocar experiências com os moradores da ILHA DO BORORÉ. Atendia a Imprensa. Organizava mutirões, festas populares, com os moradores e visitantes, para arrecadar fundos para a manutenção das organizações existentes no bairro. Sua motivação, para fazer o curso de Serviço Social, iniciou-se por seu envolvimento nas lutas para a melhoria da vida da comunidade e organização. Sentia-se pequena diante da necessidade de dialogar com representantes do poder público. Indignada diante do descaso das autoridades para com as comunidades carentes e com o povo da periferia, principalmente o bairro ILHA DO BORORÉ, dizia: *“Eu vou estudar para conhecer mais e enfrentar essa realidade do poder público com mais firmeza, com mais segurança, em relação aos direitos dos excluídos, moradores das periferias.”* Portanto, hoje, é participante e relatora desta história de um povo que sofre em sua vulnerabilidade social, mas que resiste na esperança de conquistar cada vez mais a sua cidadania e autonomia.

Para que isso se efetive é necessário, não só a resistência, mas também uma cultura participativa e persistente.

A pesquisa enfoca o movimento dos moradores, numa região de extrema pobreza e abandono, onde as pessoas já haviam perdido a esperança de conquistar direitos sociais básicos, tais como o de ter uma identidade, um endereço, porque a carência era tão grande que já tinham perdido a esperança de conquistar direitos sociais.

O tema tem relevância na medida em que mostra a organização social dos

moradores da Ilha do Bororé num contexto histórico-político.

O marco teórico baseia-se em autores que abordam as seguintes categorias cidadania, comunidade e movimentos sociais: Mustafá (2003), Demo (1998), SADER (1998) SPOSATI (1998) e AMMANN (1992), etc.

O objetivo geral desse trabalho é resgatar o processo histórico da organização dos moradores, através da luta para garantir seus direitos humanos e políticos, visando melhorar a qualidade de vida da população, adquirindo os direitos básicos necessários para um viver com dignidade, na perspectiva, de contribuir com outras comunidades da periferia a estarem se organizando e buscando melhorias em relação aos direitos e a cidadania.

Para COVER (1999), o conceito de cidadania se dá na convivência do homem com outro homem, seja pela representação direta nos: (sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolas, conselhos, associações de bairro, etc.) ou indireta (pela eleição de governantes, parlamento assembleias), resistindo à imposição dos poderes (por meio de greves, pressões, movimentos sociais). Esses direitos, por sua vez, são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para se efetivarem.

Com os objetivos de: conhecer o caminho percorrido pelos moradores da Ilha, para conquistarem seus direitos, resgatar a memória, verificar o processo de gestão dessa comunidade.

A escolha da metodologia de pesquisa-ação ou participante é pela sua influência, identificação e envolvimento quanto à relação do pesquisador com o objeto investigado, na crítica aos métodos puramente quantitativos para a análise da realidade social. As técnicas de pesquisa participante, pesquisa-ação, são debatidas, no país, desde início da década de 1980, nas publicações de autores, entre eles Michel Thiollent (1980). O autor diz que considera a pesquisa-ação uma estratégia metodológica de pesquisa social, pois é explícita a interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada.

A área de serviço social é uma área em que apesar dos obstáculos, já existe uma tradição de aplicação da metodologia de pesquisa-ação. Tal aplicação é, no entanto, marcada pelas especificações e pelas ambigüidades próprias ao serviço social, enquanto forma de atuação na realidade. (THIOLLENT. 1996, p. 80)

Esta opção por entrevistas semi-estruturadas, privilegia os relatos da vida cotidiana desses personagens.

Os entrevistados contribuíram para a conclusão do objeto da pesquisa, trouxeram subsídios para análise do caminho percorrido pelos moradores da Ilha do Bororé na conquista por direitos sociais, resgatando a cidadania.

As entrevistas foram gravadas com os quatro moradores que fizeram parte ou continuam participando desse processo. Por ser esta uma pesquisa participante, relata-se o envolvimento da autora desse trabalho, documentando tal realidade e explicitando a sua participação nos bastidores deste “teatro” da vida, onde os atores buscam ser autores de sua própria história.

A metodologia da pesquisa é qualitativa e está associada à pesquisa documental. A pesquisa documental coleta dados complementares.

A participação direta no grupo pesquisado se justifica pela autora morar no território e estar naturalmente participando desse processo estudado. O critério da escolha dos sujeitos privilegiou os moradores mais velhos do bairro, sendo dois moradores que fizeram parte da primeira associação e dois da atual, os entrevistados assinaram o T.C. L. E.

2.1 O Território sua Localização seu Passado e Presente.

O distrito do Grajaú localiza-se a quase 30 quilômetros do centro de São Paulo. As carências são visíveis em relação moradias, transportes, principalmente na área da saúde, o número de UBS é irrisório de acordo com a demanda, segundo o movimento de saúde da região o déficit é de 12 UBS. Nos seus 92 km vivem mais de 333. 436 mil habitantes (senso IBGE, 2000) é o distrito mais populoso da cidade de São Paulo.

Após a votação do projeto de criação de subprefeituras em junho de 2002, foram criadas ainda nesta região duas subprefeituras: a de Capela do Socorro e a de Parelheiros.

O território da Ilha do Bororé, embora com o nome de Ilha, tem 90% de seus limites cercados pelas águas da represa Billings. O acesso é realizado por uma

balsa com capacidade para levar 90 pessoas e 17 carros, esta balsa funciona 24 horas, e a travessia é gratuita. Apesar do nome, trata-se de uma península, tem um acesso por terra, fazendo limite com o bairro Jardim Novo Santo Amaro. A Ilha do Bororé está localizada a 25 quilômetros do centro de São Paulo. Faz divisa com o bairro de Taquacetuba, pertencente ao município de São Bernardo do Campo, a divisa é o braço da represa Billings. Esta inserido na área de proteção de mananciais, protegidos pelas leis 898/75. 1172/76 e 9866/97.

O bairro pertence ao distrito do Grajaú e à Subprefeitura da Capela do Socorro, embora dentro da capital, a Ilha do Bororé tem características rurais.

É possível encontrarmos animais pastando soltos aves, barcos de pescadores ancorados em suas encostas. Também é comum encontrarmos répteis, anfíbios e animais selvagens, alguns em extinção como: os macacos, bugios e os pássaros jacus. Os esquilos eram abundantes e deram nome a uma rua.



Figura I - Casa do Pescador com as Garças



Figura II. J.Feliciano, pescador, represa Billings

A população é de aproximadamente 2.800 pessoas, com 750 famílias, segundo SIAB¹, da secretaria da saúde, cedido pela Unidade Básica de Saúde Alcina Pimentel Piza, (UBS).

¹SIAB – Sistema de Informação e Atenção Básica.

Os equipamentos públicos são apenas dois: a Escola Estadual Professor Adrião Bernardes e a UBS. A população teve um aumento considerável de 1990 até os dias atuais. Nos anos noventa não chegavam a seiscentas famílias, hoje esse número está chegando a quase oitocentas famílias. Trazidas pela exclusão social, desemprego, numa estratégia de sobrevivência, em meses de crise e sem perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Hoje o bairro esta dentro de uma área de preservação ambiental (APA). Conquista dos moradores, sociedade civil, e poder público, foram possíveis à criação da APA. 80% do verde estão preservados. Embora esse número tenha caído esse ano com a passagem do RODOANEL do Mario Covas dentro da Península.



Figura III – nascente destruída pelo RODOANEL



Figura IV – tentativa de proteção à nascente.

A Ilha do Bororé é um bairro formado por pequenos núcleos, distantes uns dos outros. Na Ilha do Bororé temos duas Igrejas Católicas, seis Evangélicas e dois Centos de Cultura Africanos. Uma Igreja Católica está localizada na primeira balsa tem mais de um século e foi tombada pelo patrimônio histórico, hoje é atração turística, a comunidade de São Sebastião. A outra está localizada no Jardim Borba Gato, comunidade de Santa Bárbara, essa é nova e teve a participação desses atores sociais.

Temos uma Igreja Evangélica no Recanto de Sol, duas na segunda balsa, uma na primeira balsa e duas no Jardim Borba Gato. Os Centros de cultura Africanos estão localizados na segunda balsa, são três. Os templos religiosos são espaços que agregam as pessoas para manifestações de fé, cada um dentro de seus princípios e suas características distintas.

Faz-se presente na Península do Bororé dois Centros de Recuperação para dependentes químicos, ambos pertencem a Igrejas Evangélicas.

Temos 28 bares, quatro mini mercados, Não temos nenhum espaço para prática de esportes e lazer para a comunidade local, Os espaços são particulares, só para quem pode pagar. Não tem nenhuma creche no bairro e também nenhuma pré-escola. Não há, farmácia, açougue, biblioteca, praça, campo de futebol, nem quadras para prática de esportes, ou seja, o bairro é muito carente de espaços públicos.

O bairro não é novo, pois a Igreja de São Sebastião é do século passado e foi tombada pelo patrimônio histórico, em 2006, após 104 anos de existência.



Figura V - Igrejinha de São Sebastião, fundada em 1904, tombada pelo patrimônio histórico.

O bairro viu suas terras serem cobertas pela as águas com a construção da represa Billings. Vários moradores perderam suas terras para o governo, foram desapropriados e receberam indenizações simbólicas por parte do governo.

Destacamos a participação consciente dos moradores na Ilha do Bororé. Essa teve início nos anos 90 quando um pequeno grupo de moradores se uniu para discutir os problemas do bairro, Ilha do Bororé: transporte coletivo, telefonia, pavimentação, coletor de lixo, saúde, educação, transporte escolar, segurança, cultura e lazer. Após algumas reuniões surgiu a AMIB: (Associação de Moradores da Ilha do Bororé). Nesse mesmo período, São Paulo elegeu Luiza Erundina como prefeita. Ela deu uma atenção especial para as questões sociais e fez uma inversão de prioridades, onde houve uma atenção especial às regiões periféricas, aprovando e realizando diversas solicitações dos moradores da Ilha do Bororé. Com um olhar social para além do centro, foi possível concretizar mudanças de cunho social possibilitando uma vida mais humana nas periferias da metrópole.

Isto mostra que “o processo de conquista do direito passa normalmente pelas fases do planejamento participativo: tomada de consciência, que descobre a discriminação como injustiça; proposta de enfrentamento prático da questão; necessidade de organização política. Ao mesmo tempo, mostra a importância das duas faces: a face sócio-econômica, no sentido de que o processo de conquista se solidifica melhor, quando se auto-sustenta; a face política, no sentido da importância da organização” (DEMO, 1993, p, 63).

As pequenas mudanças ocorridas no território Ilha do Bororé, foram resultados de uma organização planejada, com consciência política que perceberam a injustiça através da discriminação, se colocaram com propostas concretas no enfrentamento das questões do cotidiano.

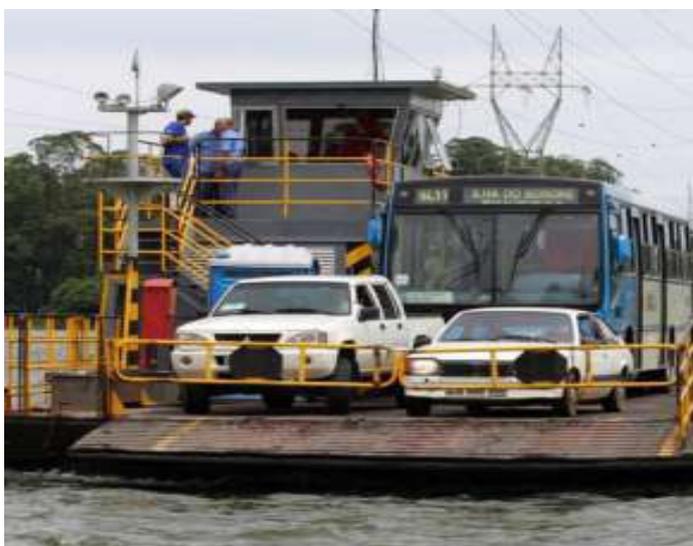


Figura VI – travessia na Balsa de Grajaú para Ilha do Bororé

A primeira mudança foi no próprio nome, passando de “Segunda Balsa” para Ilha do Bororé, mudando o nome do itinerário do Ônibus, acreditando assim chamar a atenção para o turismo. O grupo de moradores se reuniu, listaram as necessidades mais urgentes e elegeram as prioridades. Nessas reuniões eram discutidas questões de cidadania meio ambiente e preservação da natureza.

Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes na História. No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios, e traduzem a síntese de todos os direitos imagináveis que o homem possa ter. (DEMO, 1993, p. 70)

2.2 ECOATIVA (ONG).

A criação da ONG² Ecoativa³, Programa de Gestão Ambiental Participativa da Península do Bororé foi uma iniciativa da comunidade local, a partir da campanha “vamos Humanizar a Ilha do Bororé” (proposta de desenvolvimento urbano e social e preservação ambiental), lançada em 1996 pelo Centro Humanista de Comunicação e Cultura do Bororé (atual Instituto Popular Ação Social e Desenvolvimento Humano) em conjunto com a Associação dos Moradores da Ilha do Bororé – AMIB. Essa campanha resultou no convenio, assinado em 11 de janeiro de 2000, entre a Associação de Moradores as Ilha do Bororé - AMIB, com a Empresa Metropolitana de Água e Energia – EMAE e com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente- SVMA. Conforme consta nos documentos originais desse processo tanto na EMAE como ns SVMA.

²ONG – Organização não Governamental.

³ECOATIVA – ONG, “Programa de Gestão Ambiental Participativa da Península do Bororé”, nome escolhido através de um concurso realizado na Escola Estadual Professor Adrião Bernardes pelos estudantes do bairro. Nome dado à casa de cultura no fomento a inclusão social e promoção da cidadania.

Vale ressaltar que ao longo dos Fóruns de Gestão Ambiental Participativa (iniciado em 2000, foram somando-se outros atores nesse processo, tanto da sociedade civil como de alguns órgãos públicos). Os seguimentos sociais locais: Igrejas, Pastoral da Criança, Escola Professor Adrião Bernardes e Unidade básica de Saúde e Igrejas. Universidade de Santo Amaro UNISA, Instituto Pólis, Movimento Humanista, etc.

A Ecoativa foi um espaço idealizado entre os moradores e parceiro, o único espaço público existente na comunidade, onde as crianças e adolescentes podiam ter contato com a cultura, a arte, um espaço de convivência prazerosa, promovendo o fortalecimento da cidadania e integração social. O trabalho desta ONG era voluntário e deu visibilidade, reconhecimento ao território e atraiu parceiros importantes, dentre eles o Instituto Pólis⁴, Movimento Humanista⁵, e UNISA⁶.

Num trabalho totalmente comunitário esta ONG ECOATIVA foi reconhecida até fora do país.

Hoje a casa de cultura aberta pela ONG está fechada por interesses que desrespeitam aos anseios da comunidade. Interesses particulares solicitaram a casa para ser um centro de recepção ao turismo, mas a comunidade não permitiu esta utilização. Não conseguindo implantar o centro de recepção após muita luta da comunidade, requisitaram a casa para sediar a Guarda Civil Metropolitana – novamente contrariando as necessidades e os anseios da comunidade.



Figura VII – ao fundo sede da ECOATIVA
Fechada por interesses particulares.

⁴INSTITUTO PÓLIS – ONG, dedicada ao Estudo e Formulação de Políticas municipais e estratégias de desenvolvimento local.

⁵MOVIMENTO HUMANISTA – ONG, Ideologia Humanista o homem no centro da terra, cultura da não violência.

⁶UNISA – Universidade de Santo Amaro.

Atividades desenvolvidas no espaço ECOATIVA: Capoeira, teatro, biblioteca, desenho em quadrinhos, MOVA, espanhol, oficinas diversas: jardinagem, meio ambiente, reciclagem, economia solidária, hip-hop, DJ, sarau, grafite, etc. Tivemos o projeto recicla a Ilha, onde os moradores separavam os materiais recicláveis e os catadores: dois senhores do bairro colhiam separavam e vendiam gerando renda para esse a famílias e ao mesmo tempo realizavam educação ambiental em parceria com a Cooper-cap, uma cooperativa com sede na vila da Paz.

A casa era aberta à comunidade, universidades, escolas e vários seguimentos sociais, foi preparada para abrigar a Guarda Civil Metropolitana num total desrespeito para com aqueles que á idealizaram e lutaram por um espaço público, estão assistindo a destruição daquilo que foi conseguido com muita luta e esforço, por aqueles que acreditam que tudo pode ser mudado, e que ninguém nasce marginal, mais sim é transformado por falta de oportunidades, e por falta de respeito aos direitos dos mais pobres.

“A pobreza brasileira contemporânea traz algo – muito – desses desconsertos”. E uma sociedade portadora de uma dinâmica associativa que fez emergir novos atores e identidades, novos comportamentos, valores e demandas, novas formas de organizações de representações que tecem a face pública de um Brasil moderno. (Telles, 2006, p. 80)

Empresários viram no imóvel pela sua localização, a possibilidades de ser o centro de recepção para os turistas, não tiveram compaixão nenhuma, não olharam o social, na visão capitalista só visa o lucro, não enxergaram o social. Não foram capazes de ver a grandiosidade essa ONG tão importante para Ilha do Bororé e adjacências no que diz respeito á cultura, paz, respeito á natureza e o meio ambiente, se articularam com pessoas influentes e solicitaram o imóvel para esse fim. Não obtiveram êxito.

O espaço que era aberto à comunidade, universidades, escolas e vários seguimentos sociais, foram preparados para abrigar a Guarda Civil Metropolitana num total desrespeito para com aqueles que idealizaram e lutaram por um espaço público. Acredita - se que a ECOATIVA atraiu muita gente e foi importante na divulgação do território e sua aparição na mídia.

Segundo BORDENAVE, (1994) “mesmo sabendo que nem sempre seremos vitoriosos nas lutas por objetivos comuns, a participação comunitária é uma forma de representar a sociedades em vários níveis”.

Hoje quem está de posse do espaço ECOATIVA é o conselho gestor da APA Bororé Colônia. Este por sua vez desconhecendo a importância desse espaço para a comunidade, colocou-se a favor dos empresários defendendo os interesses daqueles que lutaram contra a criação da APA por precaução, medo que esta viesse a prejudicar seus negócios, conseqüentemente baixando seus lucros.

Conselheiros que tem cadeira cativa no conselho gestor da APA, numa total falta de informação, por desconhecerem seu papel e sua função, sem um posicionamento crítico deixam-se manipular e cometem erros gravíssimos e ao invés de ajudar a comunidade na conquista de melhorias, liquidam, ou travam atividades essenciais ao direito dos excluídos, muitas vezes não por maldade, mas por não terem o conhecimento.

2.3 A Associação de Moradores (AMIB)

Esta organização social foi legalizada em 1994. Antes ela existia informalmente, as pessoas se reuniam, discutiam as necessidades e procuravam representantes políticos para obterem melhoria para o bairro. Isso até final dos anos oitenta. Após a chegada da família Freire que trouxe uma bagagem em participação comunitária as pessoas foram juntando-se a eles e as mudanças começaram a acontecer.

As reuniões aconteciam na casa de dona Raimunda a genitora da família. A família Freire percebeu uma carência gigantesca em relação a direitos. O filho Irineu saiu procurando pessoas para ensinar a ler e escrever, e se tornou professor voluntário, A filha Eliana com o Irmão Edson, Juntavam os jovens e faziam teatro na rua, eventos musicais etc.

A movimentação foi tomando uma dimensão e as discussões acontecendo com mais freqüência. As pessoas se identificaram a dinâmica daquela família. O filho Eduardo Freire com toda uma bagagem em participação comunitária é atuante

do Movimento Humanista desde a adolescência foi uma pessoa muito importante para os moradores da Ilha do Bororé. Eles juntamente com outros moradores organizaram a documentação necessária e legalizaram a AMIB em 1994. Partindo daí, após as reuniões, delegavam tarefas, quem vai atrás do que e a luta começou.

Associação de Moradores da Ilha do Bororé foi registrada em cartório no dia 12 de junho de 1994. Sede: Rua Alice Cândida Silveira, número 12, Ilha do Bororé São Paulo – CEP 048772-050. E-Mail: amib_ecoativa@yahoo.Com.br

Eduardo ficou na presidência da AMIB por dez anos. Não por vontade própria, mas porque a povo não queria outra pessoa. Hoje ele não reside no bairro, mudou se para o Rio Grande do Sul, trabalha como educador social com meninos de rua.

Emancipação é um processo histórico e exercício da qualidade de ator consciente e produtivo (...) É fenômeno teórico e prático ao mesmo tempo. Tem momento relevante na tomada de consciência crítica. Quando o ser social descobre sua condição histórica. Sobretudo compreende que a desigualdade social, para além de algo estrutural, tem causas históricas nas quais pode entrar como vítima. Pobreza não é sina, mau-jeito, azar, mas injustiça. (FALEIROS, 2001)

Podemos dizer que os moradores da Ilha do Bororé tomaram consciência crítica compreendendo seu papel na sociedade, enxergaram as faces da desigualdade social, e que ela tem raízes históricas, não aceitando a condição de vítima, visualizando a pobreza como injustiça num processo emancipatório saiu da condição de objeto e conquistaram cidadania.

Podemos concluir que a cidadania para os moradores da Ilha do Bororé ficou adormecida por muitos anos, hoje ela anda lentamente peie essa tomada de consciência crítica atingiu um número pequeno de participantes, porém fizeram toda uma diferença na qualidade de vida da população.

A Associação de Moradores até os dias atuais não tem uma sede própria. As reuniões acontecem em salões de Igrejas ou nas residências dos membros da diretoria. O presidente é o Senhor Eduardo Benedito da Silva, um dos entrevistados dessa pesquisa. Benê.

2.4. Desafios e vitórias da sociedade civil da Ilha do Bororé – futuro da cidadania. Análise e interpretação dos dados.

A partir das quatro entrevistas realizadas nas residências dos entrevistados, podemos afirmar que o bairro Ilha do Bororé ficou por anos esquecido pelo poder público e continua até os dias atuais segundo os sujeitos entrevistados. Na questão saneamento básico, creche, infra-estrutura e equipamentos públicos, área para o lazer, não existe, espaço para a prática de esportes, etc. É extremamente carente. Levando em consideração os anos de existência do bairro, são pouquíssimos os equipamentos, apenas uma escola e um posto de saúde.

Após realizarmos o trabalho em campo, concluímos que a luta dos moradores da Ilha do Bororé pela conquista de direitos sociais foi uma luta árdua, difícil, pois eram inúmeros os obstáculos: a localização do território, a falta de uma associação reconhecida, a descrença da população em relação ao poder público, a falta de liderança, etc. O bairro não é novo. A Igreja de São Sebastião, hoje com cento e sete anos, foi tombada pelo patrimônio histórico, o bairro conta apenas com dois equipamentos públicos: o posto de saúde, Alcina Pimentel Piza e a Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, conquistados, segundo dona Conceição há quase trinta anos por articulação política, juntamente com, a energia e o transporte, este, muito precário. A Ilha do Bororé foi um bairro esquecido da periferia de São Paulo.

De acordo com as falas pode-se dizer que a fundação da Associação de Moradores da Ilha do Bororé foi de fundamental importância na que diz respeito autonomia e direitos, levando em considerações as condições de total abandono e exclusão em que viviam os moradores desse bairro por parte do poder público. Não tinham acesso aos serviços públicos, tudo era extremamente precário segundo as falas dos entrevistados.

No decorrer das entrevistas percebe-se que houve conquistas e reconhecimento do território e fortalecimento da cidadania.

Os sujeitos entrevistados são moradores nesse bairro: dois residem por mais de trinta anos. Um por mais de vinte anos e outro por mais de quatorze anos. Todos fizeram parte na criação da Associação de Moradores e três continuam atuando no movimento por melhorias na qualidade de vida da comunidade, como também na

efetivação dos direitos buscando, numa luta ao “passo de formiguinhas” segundo Conceição o acesso aos serviços públicos, não sendo tarefa fácil em bairros periféricos da metrópole.

Através dos dados coletados e analisados foi possível visualizar as conquistas dos moradores conscientes que a partir da participação tornam-se atores comunitários que lutaram e continuam lutando na perspectiva de emancipação do sujeito, visando autonomia e conquista dos direitos políticos, sociais, culturais, buscando compreender quais foram os caminhos percorridos, quais foi às mudanças e o que de fato deu visibilidade identidade a essa comunidade tão esquecida e de difícil compreensão por parte do poder público que segundo um entrevistado só as procuram em época de eleições e que sempre dificultou melhorias para essa comunidade segundo Jéferson um dos entrevistados.

Procurando verificar através das falas quais foram esses caminhos, já que o enfoque dessa pesquisa é a análise das possibilidades de conquistas, autonomia e co-gestão na visão desses atores em relação aos direitos, cidadania, “não esquecendo os deveres” como disse dona Conceição.

Eu vejo uma luta muito sofrida, porque há pouca participação dos moradores, (...), a participação foi pequena, a gente marca reuniões convida o povo para participar pra gente buscar mais melhorias para o nosso bairro, porque é um bairro carente, mais as pessoas acham que uma minoria, faça tudo para eles, (...) A gente não tem água encanada, os poços estão contaminados e ta faltando muita coisa pra termos uma boa qualidade de vida, é por isso que eu como líder da AMIB, vou está sempre convidando as pessoas a participar pra gente buscar uma melhoria na qualidade de vida. Conceição.

Percebemos na fala de Conceição um desencanto em relação o baixo numero de pessoas que participam das lutas na comunidade, para melhorias no bairro, isso é comum em todos os movimentos nos dia atuais, pois estão relacionadas ao que as relações sociais fazem nos acredita. “Sempre foi assim”, “não vai mudar”. A partir de dados pesquisados e analisados cientificamente o serviço social com suas técnicas especializadas podendo organizar as comunidades nos objetivos que lhes proporcione um viver com mais qualidade e dignidade é uma esperança para as comunidades desprovidas de direito sociais.

Os que lutaram, lutaram com muita garra, com muita dificuldade mais com muita garra, interessados, foi uma coisa muito boa, eu mesma participei, aprendi muito e conquistamos muitas coisas, a gente só aprende se envolvendo com as coisas para ver a dificuldade que é, sinto me realizada pelo que conquistamos, acho muito boa. Raimunda.

Observa-se que “os que lutaram, lutaram com muita garra”, ou seja, o número não foi determinante e sim a organização dos envolvidos. Esse envolvimento sim, fez toda diferença nos resultados. E os resultados, obviamente com todas as dificuldades, trouxeram além de conquistas o aprendizado, e o crescimento intelectual, “a gente só aprende se envolvendo”. Os que lutaram de acordo com seu entendimento, o seu pensar, com sua consciência política perceberam possibilidades de mudanças, etc. DEMO (1988), “Emancipação é um processo histórico e exercício da qualidade de ator consciente”.

A luta trouxe melhorias, algumas de algumas pessoas que souberam aproveitaram os movimentos culturais e conseguiram quebrar os tabus, conseguimos o respeito dos moradores. Jéferson.

De acordo com Jéferson, a comunidade era muito preconceituosa. As conquistas não foram só de serviços, houve quebres de tabus, isso é de fundamental importância no que diz respeito à participação nas oficinas, o envolvimento com a cultura foi impressionante. A adesão à capoeira, ao teatro, ao hip-hop, etc, mexeu com o comportamento das pessoas.

Foi uma luta muito difícil (...) depende das coisas que estão acontecendo e das necessidades (...) nem todo mundo comparece nas reuniões, são sempre aquelas mesmas pessoas. Benê.

De acordo com a fala de Benê as lutas são sempre muito difíceis, elas acontecem de acordo com as necessidades. Dificuldade maior é sempre juntar as pessoas, sempre são as mesmas pessoas que se juntam para discutir os problemas e procuram estratégias de resolução.

“Vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana, não se pode falar do homem como indivíduo sem lembrar que esse indivíduo não vive sozinho, mas está sempre relacionado com outros indivíduos. O homem é um ser sócia (...) tudo que ele tem, é realizado em sociedade.(DALLARI 2004, p.13)

Percebemos de acordo com Dallari, (2004) que o ser humano diferente dos outros animais não viveu sozinho, não importa a qual classe ele pertença , necessita manter relações com os outros, ou seja, nesse quesito somos todos iguais. Esse estar junto se fortalece quando o interesse é comum, por isso a participação é o processo para as conquistas.

Vimos isso em (DALLARI 2004 e TELLES 2006), analisando as falas de Conceição e Raimundo, podemos concluir que a participação dos moradores da Ilha do Bororé na tomada de decisões foi importantíssima no fortalecimento da democracia e na luta por direitos necessários e essenciais a essa população excluída de quase tudo como podemos observar nas falas entrevistada.

Antes da minha participação no movimento, a minha vida era em casa, cuidar dos filhos, do marido, cuidava dos animais, cuidava dos afazeres da casa. (...) Depois de ingressar no movimento daí eu fui tomando conhecimento, eu sempre trabalhei de voluntária aqui no Bororé desde que vim morar aqui, desde oitenta. Eu conheci seu Luis, ele era uma pessoa que tinha muito contato com os políticos e através do Jânio Quadros, ele fazia reuniões, junto com Ademar de Barros, aí eu comecei participar das reuniões com seu Luís, foi aí que a gente pediu a iluminação das ruas. Nome das ruas, o Bororé não era conhecido, não tinha nada. Conceição.

A participação trouxe conscientização, emancipação ao se relacionar com outras pessoas, abriu possibilidades. Quem era apenas uma dona de casa passa a ter outras funções torna se uma cidadã politizada passa a ter consciência de seu papel na sociedade, tão desigual.

Segundo AMMANN 1978 “a participação carece de requisito que também dependem da área psico-social do indivíduo.” Ou seja, depende do grau de

informação, da aproximação com indivíduos politizados, á educação e até a dinâmica familiar, a cultura são determinantes para sim ou para não adesão à participação.

A participação trouxe mais conhecimento, claro para a vida da gente e dos direitos que a gente, tem e não sabe que tinha aí a gente corre a trás, fazendo as cobranças. Benê.

O povo brasileiro foi condicionado a não participar, por isso é tão difícil reunir as pessoas porá lutar por um bem comum está impregnado o individualismo. O não participar está relacionado á não retomada de consciência e a pobreza. Quem participa aprende, quem aprende corre atrás. Quem corre atrás, está seguro, sabe que tem direitos, que é cidadão. O não participar pautado na não cidadania, segundo alguns autores.

Através de participar da associação, hoje eu participo do conselho gestor do posto de saúde, procurando entender mais da saúde, para melhorar para mim e para todos nós e para poder cobrar mais do governo. A gente não pode ser esquecida, a gente existe. Por causa de nossos grupos, com a associação legalizada só as pessoas se unirem e a gente vai conseguir muito mais ainda. Raimunda.

“O homem é um ser de reflexões e de ações FREIRE em AMMANN 1978, e não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo”. É um “ser-em-situação” um ser do trabalho e da transformação do mundo. A participação abriu as portas para as relações com outros seguimentos sociais “hoje eu participo do conselho gestor do posto de saúde” e esse ingresso como gestora, trás conhecimento e o despertar para estar sempre buscando entender melhor as coisas isso não só em relação á saúde e sim em relação a tudo, “a gente existe”.

A participação foi uma experiência boa (...) conheci muita gente, tive contato com associações, ouvi muitas mentiras dos políticos quando compareciam as reuniões, as promessas não cumpridas, etc. Jéferson.

Averiguamos que houve inclusão social, emancipação, crescimento intelectual, conscientização sobre os direitos sociais e políticos, autonomia, articulações com representantes do poder políticos em evidência naquele momento. A partir dessa tomada de consciência houve um despertar para luta salientando que sem essa participação embora tímida, pequena, mas organizada foi possível pequenas melhorias na qualidade de vida da comunidade.

Os direitos sociais, ao contrário dos direitos civis, somam-se na medida em que gestão reivindicações e lutas por parte das classes trabalhadoras e excluídas. Esses direitos não são dados de cima para baixo, o que alguns autores chamam de cidadania passiva, (BENEVIDES E COVRE), mas são conquistados embaixo, nas lutas nas comunidades, ou seja, a partir de uma cidadania ativa. Nas falas dos entrevistados a participação acontece de acordo com as necessidades, depende da demanda, ela é maior ou menor, ela é infinita porque o território é dinâmico e está sempre em transformação, surgem sempre outras necessidades.

Percebemos nas falas de Conceição, Benê, Raimunda e Jeferson que houve apropriação do território, o sentido de pertencer, o compartilhar as dificuldades e a tomada de consciência na busca por melhores condições de vida para a população. Foi possível perceber que, assim como o serviço social, a organização dos moradores da Ilha do Bororé, começou sua articulação na Igreja, ou seja, o ser humano é um ser sociável, e não consegue transformação comunitária sem se relacionar com o outro. Tudo depende do planejamento.

Através da participação conseguimos trazer melhorias pro bairro que antes não tinha, aí, eu tomei muito conhecimento de direito para correr atrás, e também me tornei uma pessoa mais conhecida que antes, eu achava que o direito era pouquíssima coisa, hoje eu vejo que a gente tem direito, e sem participação não tem conquistas. Conceição.

Percebemos nas colocações dos atores sociais da Ilha do Bororé a importância da participação, tanto para a comunidade quanto para a vida de cada um deles, “tudo muda quando eu mudo” o não cruzar os braços de dona Conceição, o trouxe conhecimento do Benê. Eles colocam a participação como algo

conquistado, e que quando exercitado, é tão precioso que não dá para viver mais sem está participando, envolvido. Alto estima elevada, saúde boa, satisfação, eles falam com prazer das conquista e não ficam tristes por não terem conseguido tudo, o pouco fez muita diferença na vida da comunidade.

AMMANN, 1992, “quando falamos de comunidade, estamos nos referindo às pessoas ou grupo de pessoas que partilham condições semelhantes de vidas” essa partilha foi determinante nessa comunidade que soube aproveitar as oportunidades respeitando os limites e as condições econômicas, sociais, cultural, política, religiosa e espiritual - mesmo percebendo as diferentes formas de viver lutaram com um objetivo comum: melhorar as condições de vida dessa população.

O viver em comunidades pobres demanda lutas constantes desde as mais suáveis como as mais dolorosas e sofridas, a falta de trabalho, famílias fazem malabarismo para se manterem. Quando conseguem trabalhos, os salários são baixíssimos por conta da falta de qualificação profissional. O baixo nível de escolaridade, o excesso de mão de obra barata, é atenuante da segregação das comunidades. “Dificilmente outro órgão público que não o da assistência social conhece periferias, grupos populacionais, organizações comunitárias”. Segundo SPOSATI (1991).

Entendemos que o assistente social é o profissional que melhor conhece as necessidades e privações das camadas com menor poder aquisitivo, podendo organizar as comunidades que vivem em abandono, e até em condições sob - humanas nas periferias. AMMANN (1978) “rejeita a perspectiva somatório de pequenas ações básicas do serviço social e substituir indicando o caminho para uma prática mais reflexiva crítica e que leve emancipação do sujeito”, deixando a prática andar junto com a teoria e que procure convencer as camadas dominadas de que elas participem para isso o profissional precisa conhecer as necessidades das classes subalternas.

Minha entrada no movimento foi por necessidade, A AMIB foi a entrada dos moradores da Ilha em relação ao poder público. Benê.

A Associação de Moradores foi a maior conquista para a Ilha do Bororé, ela foi á porta de entrada dessa comunidade nas relações com o poder público, de acordo com os entrevistados a entrada no movimento surgiu a partir das necessidades e que eram muitas naquele momento.

(...) A necessidade me obrigou a entrar no movimento, (...) vi o sofrimento do povo e me juntei a este pequeno grupo na luta para conseguir um pouco de melhorias. Conceição.

De acordo com as palavras de Conceição ficou claro que quando não aceitamos determinada situação, ou seja, ficamos incomodados, esse é o ponto, estamos prontos para nós manifestarmos, essa inquietação, ou seja, não aceitação de determinadas regras, ou padrões nos permitem dar um passo adiante e procurarmos alguém que esteja sentindo o mesmo incômodo, ou desconforto e assim formarmos um grupo de luta com objetivos comum teremos tudo para sermos vitoriosos.

A pobreza brasileira contemporânea traz algo – muito – desses desconsertos. E uma sociedade portadora de uma dinâmica associativa que fez emergir novos atores e identidades, novos comportamentos, valores e demandas, novas formas de organizações de representações que tecem a face pública de um Brasil moderno. (Telles, 2006, p. 80)

Segundo TELLES, 2006 as mudanças foram desiguais. A classe subalterna nada mudou a questão da habitação, do emprego, a educação, a não aceitação de tanto sofrimento das pessoas, as carências foram determinantes no seu ingresso no movimento. Observa-se que as carências transformam-se em competências. O acreditar que nem tudo está perdido, haverá uma saída, a esperança do oprimido possibilitou a luta pelo direito de ter direitos dessa comunidade.

(...) Primeiro indignação em relação ao poder público, pois se tratar de uma ilha eu acho que eles deveriam olhar melhor, é área de preservação ambiental, aqui concentrem boa parte das nascentes, deviam ter um olhar mais crítico (...) as invasões, desmatamento chegou ao caos. Jéferson.

De acordo com Jéferson, o desrespeito por parte do poder público para com o território, não levando em conta todo esse potencial. O abandono da região, as invasões acentuadas, o desmatamento demasiado sem qualquer tipo de fiscalização, as nascentes sendo destruídas e os políticos na mesmice, de olhos vendados, fingindo ao ver, trouxe indignação, essa indignação fomentou a criação da APA Bororé Colônia. Essa movimentação ganhou força e repercussão, a mídia colaborou, mas a falta de fiscalização continua. Perceba se um olhar crítico na fala do entrevistado, um posicionamento de quem quer algo mais. Ações, um chega de discurso vazio.

Não achavam porque não tinha um mapa da Ilha do Bororé. (...) Eu estava trabalhando no Clube Santa Mônica e chegou um rapaz do IBGE para fazer entrevistas e disse que não ia até o Jardim Borba Gato porque esse bairro não existia, ele veio só até o Clube Santa Mônica, isso me deixou indignada. Foi por indignação (...) diziam que meu bairro não existia, eu pago imposto, IPTU a, chamei algumas pessoas que estavam interessadas e montamos a Associação. Raimunda.

Percebemos que ao se indignar, sentir que não está sendo respeitada o individuo assumi postura que antes não teria essa coragem. Como não existe se eu pago imposto? Algo está errado. Será que fui enganada? Esses questionamentos fazem a gente acordar para a vida e correr atrás daquilo que está sendo negado. Vamos nos unir, e montamos uma associação. Tinha outras pessoas na mesma situação, por isso assumiram a luta.

Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Trata-se de uma das conquistas mais importantes na história. No lado dos direitos, repontam os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios, e traduzem a síntese de todos os direitos imagináveis que o homem possa ter. (DEMO, 1993, p. 70)

A sociedade civil diante das dificuldades, impedidas de terem direitos se organizaram cada um dentro de suas possibilidades, contribuindo a sua maneira na perspectiva de encontraram os caminhos para correm atrás de seus direitos sociais

básicos e fundamentais para o exercício da cidadania. As privações de direitos, o desrespeito aos subalternos e excluídos, a falta de compromissos, com os menos favorecidos, abandono em todos os sentidos, despertou nos moradores da Ilha do Bororé a vontade de ir atrás do que para eles naquele momento era urgentíssimo na conquista da cidadania. Para Demo, 1993 “a cidadania junto aos direitos e deveres, hoje tão claros outrora levaram milênios para serem conquistados, hoje traduzem todos os direitos humano”.

O desafio da sociedade civil na construção da cidadania. Destacamos a participação consciente dos moradores na Ilha do Bororé. Essa teve início nos anos 90 quando um pequeno grupo de moradores se uniu para discutir os problemas do bairro, Ilha do Bororé: transporte coletivo, telefonia, pavimentação, coletor de lixo saúde, educação, transporte escolar, segurança, cultura e lazer, creche, saneamento básico, qualidade de vida, etc.

Os processos sociais geram um fenômeno social muito importante: o grupo social. Ele resulta do conjunto dos indivíduos que tomam parte de um processo, ou, mais frequentemente, de vários processos idênticos ou distintos. Estritamente o grupo é formado por processos sociais resultantes do liame entre homens determinados. São os mais importantes quadros sociais no qual se desenrolam todos os processos sociais, (AMMANN, 1978, p. 55)

O trabalho em grupo é muito importante quando se trate de processos sociais. Atualmente este estar sendo valorizado, principalmente em comunidades, o trabalho com famílias, adolescentes e outros. O assistente social é um profissional que realiza muito esse tipo de trabalho. Segundo AMMANN, (1978) a questão social é a soma dos processos sociais, ela é plural por isso é mais bem trabalhado no grupo social.

Após algumas reuniões surgiu a AMIB: (Associação de Moradores da Ilha do Bororé). Nesse mesmo período, São Paulo elegeu Luiza Erundina como prefeita. Ela deu uma atenção especial para ao social, principalmente na periferia, aprovando e realizando diversas solicitações dos moradores.

“O processo de conquista do direito passa normalmente pelas fases do planejamento participativo: tomada de consciência, que descobre a discriminação como injustiça; proposta de enfrentamento prático da questão; necessidade de organização política. Ao mesmo tempo mostra a importância das duas faces: a face sócio-econômica, no sentido de que o processo de conquista se solidifica melhor, quando se auto-sustenta; a face política, no sentido da importância da organização.” (DEMO, 1993, p, 63).

A primeira mudança no bairro foi ao próprio nome, passando de “Segunda Balsa” para Ilha do Bororé, mudando o nome do itinerário do Ônibus, acreditando assim chamar a atenção para o turismo. O grupo de moradores se reuniu, listaram as necessidades mais urgentes e elegeram as prioridades. Nessas reuniões eram discutidas questões de cidadania meio ambiente e preservação da Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos.

A criação da AMIB, trouxe melhorias para a comunidade, mas ainda falta muita coisa pra mudar. Por exemplo, tudo começou em noventa e quatro, após a chegada da família Freire, o Eduardo, nosso presidente, eu a vice – presidente fica por dez anos na presidência (...) eu aprendi como fazer, como participar de uma associação, como correr atrás de meus direitos (...) faltava tudo pra gente. Conceição

Segundo Conceição todas as conquistas foram importantes, porém o asfalto foi a que mais benefício trouxe a população, conseqüentemente melhorou o transporte, porque a empresa colocou carros novos, aumentou o número de coletivos, diminuiu o intervalo entre uma partida e outra trazendo um ganho significativo para a população usuária. Todos foram beneficiados com a conquista do asfalto. Ela enumera as conquistas resultado dessas lutas comunitárias a partir de 1994 até os dias atuais.

TABELA Nº. 1 CONQUISTAS DOS MORADORES DA ILHA DO BORORÉ

ANO	CONQUISTAS
1994	CRIAÇÃO DA AMIB
1995	CARRO COLETOR
1995	MUDANÇA NO NOME DO BAIRRO DE SEGUNDA Balsa PARA ILHA DO BORORÉ
1996	LINHA DE ONIBUS 6079 NO TERMINAL SANTO AMARO
1997	TRANSPORTE ESCOLAR
1997	ENSINO MÉDIO PARA A ESCOLA ADRIÃO BERNARDES
1998	CORREIO
1998	IMPLANTAÇÃO DO MOVA
2000	FUNDAÇÃO DA ECOATIVA
1999	TELEFONIA
2001	IMPLANTAÇÃO DO PSF - PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA
2001	PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PRINCIPAL
2005	SEÇÃO ELEITORAL NO BAIRRO
2006	CRIAÇÃO DA APA -AREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
2007	MELHORIA DO TRANSPORTE COLETIVO

Os dados referentes a essa tabela foram obtidos através dos arquivos da AMIB e bem como das informações, colhidas nas entrevistas.

A Associação de Moradores da Ilha do Bororé foi registrada em cartório no dia 12 de junho de 1994.

A ECOATIVA foi resultado de uma campanha que teve início em 1996 lançadas pelo Movimento Humanista MH em conjunto com Associação de Moradores da Ilha do Bororé-AMIB, Empresa Metropolitana de Água e Energia-EMAE e com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA. O convenio foi assinado, no dia 11 de janeiro de 2000.

A criação da APA Bororé Colônia teve seu fomento e foi encaminhada a câmara municipal para apreciação do vereador Presidente da Câmara Municipal Arselino Tato no governo da Prefeita Marta Suplicy, ficando para a próxima gestão de governo assinar o documento, foi assinado pelo ex-prefeito, hoje atual governador, José Serra em 2006.

“É importante ressaltar que as mudanças no território tiveram início no governo da Erundina”. Luiza Erundina. Entendemos que a comunidade soube aproveitar o momento político, um governo com um olhar diferenciado, que se colocou frente aos desafios, governar de uma maneira diferente, possibilitando

inserção social até em comunidades esquecidas como a Ilha do Bororé. “Antes era Segunda Balsa, nós não queremos esse nome, queremos Ilha do Bororé, a linha de ônibus 6079, coloca dentro do terminal Santo Amaro, carro coletor, conseguimos no governo Conceição”.

Podemos imaginar as dificuldades dessa comunidade sem esses serviços. O sofrimento dessas pessoas para se locomoverem até seus locais de trabalho. Para honrarem seus compromissos, com tantas carências. Podemos concluir que os direitos de cidadania dos moradores da Ilha do Bororé, estiveram esquecidos por muitos e muitos anos abandonado por parte do poder público. Direitos constitucionais não existiam, por exemplo: o de ir e vir.

“Vale a pena lutar” Raimunda Freire Santana.

Ficou na frase de Raimunda, a frase é curta, mas, o sentido é gigante para aqueles que acreditam que este é o único caminho que leva a conquista. Não importa quando tempo vai levar, mas o resultado virá, é por isso que concordamos com Raimunda de que “vale a pena lutar”.

“Mesmo sabendo que nem sempre seremos vitoriosos nas lutas por objetivos comuns, a participação comunitária consiste num microcosmo político-social suficientemente complexo e dinâmico de forma a representar a própria sociedade ou não. Quer dizer que a participação das pessoas em nível de sua comunidade é a melhor preparação para a sua participação como cidadão em nível da sociedade global”. (BORDENAVE, 1994, p. 58).

Segundo BORDENAVE, (1994) a participação inclui o sujeito na trama das representações, ele adquire consciência político-social e passa a representar a própria sociedade, não só a sua comunidade, num processo dinâmico que nem o próprio sujeito se dar conta de sua representação, ele está representando como cidadão a nível global.

Sabemos que tudo fica muito mais difícil quando se trata de áreas de

mananciais, principalmente nos dias atuais que está na moda falar de meio ambiente, lembramos que morar mal, sem condições para o lazer, sem contato com a cultura “viver por viver”, ferir o meio ambiente ferir a direito, ferir a vida humana, a lei, etc. Essa comunidade não desistiu, perseverou, lutou e conseguiu, pouco, mas muito importantes para melhorar a vida das pessoas e trazer esperanças de dias melhores num futuro não muito distante assim se espera. “Se a participação em nível de comunidade é a melhor preparação para a sua participação como cidadão em nível global” BORDENAVE 1994, entendemos que a comunidade da Ilha do Bororé deixou sua marca no exercício de cidadania.

Segundo AMMANN, (1992). “A cidadania é entendida como uma conquista, fruto de um processo de aprendizado, organização, expresso diferentemente segundo as classes sociais”. - Desse processo de aprendizado, na perspectiva de melhores condições de vida. Os moradores da Ilha do Bororé conquistam a cidadania, de maneira tímida, porém determinada. Para tanto foi determinante articulação com outros atores: o Movimento Humanista, com uma vasta experiência em comunidades periféricas foi fundamental para o fomento da criação da AMIB.

A comunidade soube aproveitar! Jéferson.

Após muita dedicação e luta num trabalho comunitário e voluntário as conquistas foram surtindo os primeiros resultados. A Ilha do Bororé apareceu na mídia através da imprensa e da televisão, sempre em movimento reivindicativos cobrando do poder público o que lhes é de direito, passando por constrangimentos, descaso e até deboche, essa comunidade não desistiu, perseverou, lutou e conseguiu, pouco, mas muito importantes para melhorar a vida das pessoas e trazer esperanças de dias melhores num futuro não muito distante assim se espera.

“Se a participação em nível de comunidade é a melhor preparação para a sua participação como cidadão em nível global” BORDENAVE 1994, entendemos que a comunidade da Ilha do Bororé deixa sua marca no exercício de cidadania. Cansada de ser ignorada: que lugar é esse? Onde fica? Nunca ouvi falar, etc. transformou carências em direitos.

“A cidadania é entendida como uma conquista, fruto de um processo de aprendizado, organização, expresso diferentemente segundo as classes sociais”. AMMANN, 1992. - Desse processo de aprendizado, na perspectiva de melhores condições de vida. Os moradores da Ilha do Bororé conquistam a cidadania, de maneira tímida, porém determinada. Para tanto foi determinante articulação com outros atores. Movimento Humanista, com uma vasta experiência em comunidades periféricas foi fundamental para o fomento da criação da AMIB.

De acordo com as colocações dos participantes nesta pesquisa podemos concluir que todos falam com carinho do que foi possível conquistar. Cada um a sua maneira: “transporte foi a mais importante” Jéferson. “O asfalto” Benê. “A AMIB” Conceição. “A casa de cultura ECOATIVA, porque trouxe uma riqueza que ninguém conhecia” Raimunda. Foram várias conquistas, como disse dona Conceição “tudo no passo de formiguinhas”, ou seja, cada uma na sua hora, de acordo com o problema no momento.

SPOSATI, 1991 a constituição de 1988 avança quando reconhecem as representações das organizações populares como interlocutores legítimos na capacidade de reivindicar direitos. Entendemos que a participação trás emancipação, conquistas, na fala de Conceição, “são poucas pessoas que lutam pela comunidade”, essas poucas fez muito, revertem situações, complicadas a exemplo, a Associação de Moradores da ILHA do Bororé. Que lugar é esse? Isso existe? Onde fica? Hoje esta na mídia, o lugar é bonito, essa população teve um papel fundamental na conquista da APA Bororé Colônia, tem uma cadeira no conselho gestor da mesma. Percebe-se um pertencer, um prazer em viver nessa comunidade.

Além do oxigênio que é muito gostoso, aprendi a gostar dos seres humanos, porque são parceiros de luta (...) como é gostoso você morar num bairro e conhecer todo mundo. Eu enriqueci a minha alma, porque é gostoso fazer o bem. Raimunda.

Percebemos na fala se Raimunda apropriação e respeito pelo território e pelas pessoas, a felicidade em fazer o bem acima de qualquer outra coisa o servir, a grandeza de espírito no “enriqueci minha alma”. Dona Raimunda é genitora da família Freire e trouxe para a comunidade a experiência da participação do bairro

onde ela morava. Até os dias atuais sua residência é porte aberta para reuniões, palestras, grupos e até campanhas de vacinações, grupos educativos, sempre que solicitamos seu espaço é cedido com muito apreço e boa vontade, portanto continua fazendo muito e incentivando outros sujeitos a lutar por direitos buscando cidadania.

Aqui, é tranquilo, não me arrependo de ter lutado, as chateações fazem parte da vida do movimento. Ninguém agrada todo mundo, Benê.

Vemos que quem faz recebe muitas críticas a favor ou contrária como disse o Benê "faz parte", só se critica que faz, e quem faz muito porque quem faz pouco passa despercebido. Um líder está sempre exposto a essas coisas, o Benê é guerreiro, "um verdadeiro herói não desiste nunca" morre em combate.

Não pretendo mudar. Gosto de mais da Ilha do Bororé. Não me arrependo de feito de ter feito parte desse grupo, se necessário farei tudo de novo, com algumas ponderações em relação à diretoria e ao poder público. Jéferson.

Percebe-se que Jéferson ficou cauteloso, em relação ao poder público e a diretoria da Associação, isso significa um crescimento excepcional, participar e poder criticar é um exercício pleno de quem participa. Só a participação consciente possibilitar essa avaliação.

É um lugar sossegado a gente tem uma qualidade de vida sadia, a gente respira o ar mais puro (...) Hoje pela nossa luta eu tenho orgulho de morar na Ilha do Bororé. (...) Me orgulho de ser moradora e de ter participado das lutas para melhorar a qualidade de vida da população. Conceição.

Mesmo com todas as dificuldades, as carências, a falta de equipamentos públicos, visualizam-se muito carinho e amor pelo bairro. Não sendo comum as pessoas se referirem ao território onde vivem com esse apreço. Acredita-se que seja fruto da dedicação da perseverança na perspectiva de suprir as necessidades na

luta pela conquista do direito, mesmo tendo a clareza que a relação com o poder público é árdua e difícil.

Quando eu vim morar aqui constava que o bairro era asfalto, e não era (...) foi desvio de dinheiro público assim como em outros bairros. A associação brigou, brigou e provou que não era e conseguiu. Jeferson.

Observamos na fala de Jeferson uma repudia a desonestidades de determinadas pessoas no exercício de suas funções. Certas condutas dificultam cada vez mais as lutas nas comunidades carentes. Percebemos que até provar que o está no papel, porém é uma farsa, leva tempo e desgasta as pessoas por isso tem comunidades que acabam desistindo da lutas. Vimos que na luta dessa comunidade houve persistência, determinação e garra, ao enfrentar o poder e provar que houve desonestidade na execução do processo. O poder público nega a nossa existência, mas vamos provar que a gente existe.

A gente não era reconhecida pelo poder público. Tínhamos problemas por se tratar de área de mananciais. Foi criada a APA, embora isso não tenha impedido o RODOANEL de passar dentro da Ilha. Benê.



Figura VIII – caçambas jogam pedras dentro da represa.



Figura IX – pilstras do RODOANEL.

Segundo o Benê não ser reconhecido pelo poder público dificultou muito para a comunidade conseguir se colocar e se fazer ser entendidas em suas demandas. A relação com o poder público sempre foi trabalhosa e cansativa. Nada foi fácil para os moradores da Ilha do Bororé.

A relação com o poder público foi muito difícil, nos ficamos das 08h00min horas até as 14h00min da tarde para falar com um homem, para vê se liberava o asfalto. A ECOATIVA foi uma luta para legalizar os documentos. Raimunda.

De acordo com a fala de Raimunda concluimos que não é fácil lidar com o poder público. As esperas são longas, precisamos ter muita paciência, firmeza e segurança do que queremos para não desistirmos da luta. Além de toda uma burocracia existe a má vontade na resolução dos problemas. Há todo um descaso por acreditarem que estamos é pedindo favor. Em muitas das vezes ignoram os direitos dos cidadãos.

Era tudo muito precário (...) a escola era de madeira, o espaço construído era muito pequeno. O posto de Saúde começou a funcionando ocupando um espaço no clube Santa Mônica até o posto ficar pronto (...) esses eram os equipamentos e continuam nos dias atuais. Conceição.

Conceição fez uma observação muito importante, pois embora os moradores tenham conseguidos direitos sociais foi na parte de serviços porque o bairro continua apenas com os dois equipamentos que existiam há quase trinta anos não conseguiu espaços públicos, a carência continua e a luta também.

Quando eu vim morar aqui eu chorava por causa do sofrimento, hoje eu me orgulho de ser moradora e de ter participado das lutas para melhorar a qualidade de vida da população. Conceição.

De acordo com DALLARI (1983) “o trabalho de organização consciente em colaborar concretamente, fornecendo idéias ou meios materiais, para mos que os grupos humanos conjuguem seus esforços visando objetivos comuns”. Não podemos ficar mudando de bairro porque falta quase tudo, mesmo porque na periferia não existe lugar perfeito e que tenha tudo, muito pelo contrário, viver na periferia é um eterno correr atrás. Muitas vezes quem luta morre sem ver o resultado de seu trabalho, porém isso tudo não é em vão, e sim possibilidades para os que virão para que eles tenham uma vida mais digna, mais humana.

Quando eu estava mudando para aqui para o bairro, vi as pessoas muito fechadas, cada preocupado só com sua vida. A primeira reunião foi aqui na minha casa, onde reunii: crianças, adultos, idosos e jovens, todos participaram, atendendo um chamado de meu filho Eduardo. Desse dia em diante vi as pessoas méis unidas. Essa reunião foi para colocar o ônibus no horário de 04h30min da manhã. As pessoas foram para a rua por vontade própria, juntos batendo panelas, isso eu não esqueço nunca. Depois vieram outras: para limpar a ruas, arrumar os barracos etc. Raimunda.

Segundo DALLAI (1983) “a força do grupo compensa a fraqueza do individuo”. Percebemos a emoção na fala de Raimunda ao relatar a união pessoas das pessoas por um bem comum a todos que vivem no bairro. Atualmente essa é a luta que mais reúne pessoas, transporte coletivo. A importância de ter um líder comprometido, esclarecido, capaz, com os pés no chão, consciente de sua função, articulador, trabalhador e respeitado pela população que saiba organizar as pessoas, conheça os caminhos que levem a conquista de direitos sociais.

Através da participação, hoje eu participo do conselho gestor do posto de saúde, participo das atividades da Igreja, sou evangélica, estou trabalhando na escola do bairro, procuro entender melhor sobre a saúde para poder cobrar do poder público os nossos direito. A gente não pode ser esquecida? A gente existe. Raimunda.

Percebemos que ficou claro para Raimunda que a participação é o único caminho para comunidades carentes e que vivem os problemas pelos moradores da

Ilha do Bororé que só existe esse caminho, a participação consciente e que essa leva a transformação do sujeito, induz o conhecimento, inclui, traz autonomia, liberta as pessoas e traz felicidades. Participar capacita, politiza, “enriquece a alma” segundo dona Raimunda.

Concluimos que houve inclusão social, emancipação ao encontrar os caminhos para correrem atrás de direitos sociais, com isso houve melhorias na qualidade de vida da população foram possíveis essas conquistas num exercício democrático e dinâmico de participação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O abandono da periferia por parte do poder público, utilizando a justificativa de que não é possível trazer os melhoramentos para o bairro, por este se encontrar em áreas de mananciais, é contraditório, pois os bairros não nascem de uma hora para outra, e sim por falta de uma política habitacional que contemple as pessoas com baixa renda, é por falta dessas políticas que as pessoas se alojam em lugares insalubres, sem infra estrutura, a mercê da própria sorte, muitas das vezes em condições subumanas, sem direito básico e essencial á vida digna e humana.

Quando falamos de abandono por parte do poder público referimo-nos também a falta de fiscalização por parte do Estado, que deixa as pessoas construírem em locais inadequados e até perigosas. No enfrentamento a essas dificuldades, na busca por conquista de direitos sociais, os moradores da Ilha do Bororé se organizam e encontram o caminho para o exercício da cidadania.

Depois de muitos anos de sofrimento, desprovidos de direitos sociais conquistados garantidos por lei. A luta dos moradores da Ilha do Bororé pela Conquista de Direitos Sociais, entende-se nessa pesquisa, através do contato com os personagens envolvidos, os objetivos colocados pela pesquisadora. A pesquisa nos possibilitou uma aproximação com o cotidiano das pessoas através das entrevistas.

Através deste trabalho científico podemos observar como se dá a prática da cidadania na sociedade, especialmente na vida dos atores desta pesquisa. Sabemos que em nosso país, a cidadania nunca foi direito de todos. Na sociedade capitalista, a cidadania é assegurada à classe social que detém o poder econômico. Os burgueses, ou seja, a minoria privilegiada que goza dos direito conforme mencionamos nesse trabalho. Para garantir direitos sociais só com muita luta e resignação por parte da sociedade civil organizada, da classe subalterna e explorada pelo capital.

Considera-se que, para sermos cidadãos é necessário ter um trabalho que nos garanta uma vida digna e honesta, como podemos ser cidadão vivendo na exclusão? Agora mais do que nunca a cidadania esta ameaçada com a crise financeira que surgiu nos paises do primeiro mundo.

Entendemos que a cidadania se efetiva na luta pela conquista de direitos, desde os mais singelos aos mais complexos, para tanto será necessário à participação de sujeitos conscientes de seus papéis na sociedade com uma visão crítica num processo emancipatório capaz de defender seus direitos pela resistência. Segundo FALEIROS 2001, “esta tem espaço garantido na construção da cidadania”.

Os moradores da Ilha do Bororé estão no caminho e podem contribuir com comunidades esquecidas da periferia na questão da cidadania, pois há pouca participação da sociedade civil nas lutas e nos espaços de discussões e tomadas de decisões.

Após o contato com o real história dos moradores da Ilha do Bororé podemos concluir que a luta pela conquista de direitos sociais trouxe inclusão social, conhecimento em relação ao direito e participação, reconhecimento do território perante o poder público.

SPOSATI (1991) o direito social é concebido como um atributo individual para romper uma relação de favor; contudo as alterações das ações não caminham para além da retórica. Não se avançam propostas na direção de criar garantias de alteração á população. Houve avanços na criação de leis, porém a efetivação dos direitos é lenta.

Embora a sociedade civil tenha caminhado na busca de direitos sociais que lhes garantam uma vida melhor, encontrarão sempre barreiras em relação á efetivação de seus direitos, pois “as alterações ocorridas na sociedade são recortes e não garantem direitos sociais universais, continuam como eram antes, apenas rompem com a relação de favor”. SPOSATI, (1991)

Através dessa pesquisa podemos concluir que houve uma melhoria na qualidade de vida da população em vários sentidos, desde o envolvimento com outras associações, o contato com órgãos do governo, a valorização do trabalho comunitário, as parcerias com ONGS e até encontro com outras culturas. Há valorização da cultura, isto é muito forte por parte desses atores sociais, guerreiros, corajosos, persistentes, determinados, que provocaram e conseguiram ser entendidos em suas necessidades e reivindicações.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMMANN, Safira Bezerra, Participação social, 2ª Edição. São Paulo, Cortez 1978.
- AMMANN, Safira Bezerra. Pedagogia do Desenvolvimento de Comunidades no Brasil, São Paulo, Editora Cortez. 1992.
- BARBAN, Vilma. Fortalecimento da Sociedade Civil em região de extrema pobreza. São Paulo, Instituto Polis, 2003.100p. (Publicações Polis 43)
- BENEVIDES, Victória de Mesquita. A Cidadania Ativa. São Paulo, Editora Atica 1988.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas. In: PINSKY, Jaime. O ensino da história e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1992.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é Participação – 8ª edição. São Paulo: 1994. – (coleção primeiros passos).
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A e TEIXEIRA Ana Cláudia C. (org) Conselho Gestor de Políticas Públicas. São Paulo: Polis 2000 144p (Publicações Polis, 37)
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania – Primeira edição, 1991, 8ª reimpressão, São Paulo 1999 – (Coleção primeiros passos)
- Gestor de Políticas Públicas. São Paulo: Polis 2000 144p (Publicações Polis, 37)
- DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é Participação Política. São Paulo: editora Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos)
- DEMO, Pedro, Participação É Conquista: noções de política participativa, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 1993.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégia em Serviço Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez:2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda O Minidicionário da língua portuguesa revista ampliada Rio de Janeiro, 4ª edição, Nova Fronteira, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela, Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica/Marilda Vilela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 17. ed. – São Paulo, Cortez;[Lima, Peru] : CELETAS, 2005.

FEDOZZI, Luciano, (2000) – O Poder da Aldeia Toma Editorial, Porto Alegre.

MENDES, Rosilda; DONATO, Ausônia Favorito. Território: espaço social de construção de identidades e de políticas. Sanare, Ceará, ano 4, n. 1 p. 39-42, jan. fev., mar. 2003.

MONTANO, Carlos, Terceiro Setor e a Questão Social, São Paulo, Editora Cortez, 2002.

MUSTAFÁ, Patrícia Soraya – Construindo a Cidadania. Uma análise do Programa Resgatando a Cidadania – São José do Rio Preto. UNSP-Campos de Franca 2004.

Parâmetro Curricular Nacional – Ética e Cidadania. Secretária da Educação Fundamental. 1997.

QHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, São Paulo, Editora Cortez, 2001.

Revista As Raízes da Nossa Gente - Ano 0: Número 02 maio/Junho 2006.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram Em Cena, São Paulo, Editora, Paz e Terra, 1995.

SALES, Mione Apolinário. MATOS, Mauricio Castro de LEAL, Maria Cristina, Política Social, Família e Juventude. 2ª edição – São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza. FALÇÃO, Maria do Carmo. FLEURRY, Sonia Maria Teixeira. OS DIREITOS (DOS DESASSISTIDOS) SOCIAIS. São Paulo, 2ª. Edição, Cortez 1991.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Afinal de que se trata? Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

THIOLLEN, Michael, Metodologia de pesquisa-ação. 7 edição – São Paulo Cortez, 1996.

VICENTINO, Cláudio. História Geral. São Paulo: Scipione, 1994.

ANEXO

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS, COM AS LIDERANÇAS.

- 1 Como você vê a Luta dos moradores da Ilha do Bororé pela conquista de Direitos Sociais?
- 2 O que é cidadania para você?
- 3 Fale sobre sua vida antes de sua participação no movimento e depois de ingressar nele.
- 4 Como era a vida das pessoas antes da AMIB?
- 5 O que mudou na vida da população após a criação da AMIB
- 6 Como era a vida de vocês com relação a equipamento público?
- 7 Como foi para você fazer parte dessa associação?
- 8 O que te motivou a fundar essa associação, teve incentivo de alguém ou foi por necessidades, ou indignação em relação ao poder público?
- 9 Você consegue enumerar as conquistas, após a criação da AMIB? Quais foram as mais importantes?
- 10 Você gosta de morar nesse bairro?



UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – **O Processo de Luta Pela Conquista de Direitos Sociais dos Moradores da Ilha do Bororé**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: O Processo de Luta pela Conquista de Direitos Sociais dos Moradores da Ilha do Bororé.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Maria da Lapa dos Reis Morais Silva

ENDEREÇO: São Paulo, Estrada de Itaquaquetuba numero 21 Ilha do Bororé.

TELEFONE: 5974 2234

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Maria da Lapa dos Reis Morais Silva.

PATROCINADOR: Associação de Moradores da Ilha do Bororé.

OBJETIVOS: Conhecer os caminhos percorridos e as conquistas para conseguir direitos sociais. Averiguar a percepção de exclusão/inclusão social. Resgatar a memória do processo histórico de gestão pela comunidade.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a uma entrevista sobre sua participação no Processo de Luta pela Conquista de Direito Sociais na Ilha do Bororé. Este estudo objetivou a elaboração de um projeto de pesquisa onde a principio foram definidos o objeto de estudo, o objetivo, a justificativa e a hipótese.

A pesquisa de campo será realizada nos domicílios dos entrevistados, no Território Ilha do Bororé. Importante ressaltar que o acesso a estes participantes está facilitado pela condição de moradora desse território.

Para a pesquisa quanti-qualitativa serão selecionados dez (04) moradores que correspondem trinta por cento do universo de doze participaram da diretoria da Associação de Moradores da Ilha do Bororé engajados no referido processo. Considerando que essa amostragem suficientemente representativa trinta por cento por cento do universo de doze moradores envolvidos no referido processo no período citado. Consideramos que esta amostragem seja suficientemente representativa e, por conseguinte, capaz de possibilitar a realização das relações do

particular com o universal, bem como captar as conquistas e os desafios, e como ocorreram os fenômenos investigados.

Serão utilizadas como instrumento para a coleta de dados entrevista semi-estruturada. As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Os moradores deverão ter participado do Processo de Luta pela Conquista de Direitos Sociais dos anos noventa em diante.

Para tanto iremos realizar visitas em seus domicílios no território Ilha do Bororé, São Paulo para esclarecer os objetivos da pesquisa e convidar os moradores a participar como “sujeitos” da pesquisa de campo.

Marcaremos um segundo encontro posteriormente com os moradores que se disponibilizarem em participar dessa pesquisa, neste encontro organizará todos os procedimentos necessários para realização das entrevistas.

RISCOS E DESCONFORTOS: A pesquisa não ocasionara nenhum risco, desconforto ou constrangimento ao participante.

BENEFÍCIOS: Conhecer os contextos sociais, compreender o significado do Processo de Luta por Conquista de Direitos Sociais dos Moradores da Ilha do Bororé. Averiguar a percepção de exclusão/inclusão social. Resgatar a memória do processo de gestão pela comunidade.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informamos que os sujeitos de pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente da sua participação (entrevista, sessão de estudos, exames laboratoriais, etc.). As consultas, exames, tratamentos deverão ser totalmente gratuitos, não recebendo nenhuma cobrança com o que será realizado. Informamos ainda que os participantes da pesquisa não recebam qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantimos o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável:



Universidade de Santo Amaro

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
SUJEITO**

Eu, _____ RG _____ CPF. _____

Declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisadora MARIA DA LAPA DOS REIS MORAIS SILVA dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda ter recebido uma cópia desse Termo de Consentimento.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2009.

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (menor de 21 anos):

(Nome por extenso do responsável)

(Assinatura)